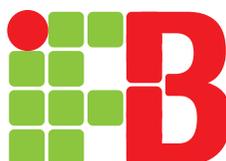


# Anais do VI Fórum de Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva - 2017



EDITORA



Alessandra do Carmo Fonseca  
(Organizadora)

**Anais do VI Fórum de Educação Profissional e  
Tecnológica Inclusiva / Fórum EPTI - 2017**

Brasília  
Editora IFB  
2018

# Instituto Federal de Brasília

## Reitor

Wilson Conciani

## Pró-Reitora de Pesquisa e Inovação

Luciana Miyoko Massukado

## Pró-Reitor de Ensino

Adilson Cesar de Araujo

## Pró-Reitora de Extensão e Cultura

Cristiane Batista Salgado

## Pró-Reitora de Administração

Simone Cardoso dos Santos Penteadado

## Pró-Reitora de Gestão de Pessoas

Maria Cristina Madeira da Silva

## Coordenação de Publicações

Daniele dos Santos Rosa

## Produção Executiva

Sandra Maria Branchine

## Conselho Editorial

Conceição de Maria Cardoso Costa  
Daniele dos Santos Rosa  
Edilsa Rosa da Silva  
Eduardo Vieira Barbosa  
Gabriel Andrade L. de A. Castelo Branco  
Glaucio Vaz Feijó  
Juliane Rodrigues Aires da Silva  
Mari Neia Valicheski Ferrari  
Maria Eneida Matos da Rosa  
Mateus Gianni Fonseca  
Rafael Costa Guimarães  
Wákila Nieble R. de Mesquita

## Comissão Organizadora

Alessandra do Carmo Fonseca  
Fatima Bandeira Hartwig  
Girlane Maria Ferreira Florindo  
Jaspion Leone Rocha  
Jefferson Sampaio de Moura  
Neide Maria Resende Romeiro Macedo  
Paulo Henrique Sales Wanderley  
Rosenir Martins Nunes Chaves  
Rodrigo Alfani  
Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos  
Yvonete Bazbuz da Silva Santos  
Vanessa de Deus Mendonça

## Organização dos Anais

Alessandra do Carmo Fonseca  
Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos  
Neide Maria Resende Romeiro Macedo  
Yvonete Bazbuz da Silva Santos

## Comitê Científico

Alessandra do Carmo Fonseca  
Alinne Santana Ferreira  
André Godim do Rego  
Fátima Bandeira Hartwig  
Jacqueline Domiense Almeida de Souza  
Jaspion Leone Rocha  
Jefferson Sampaio de Moura  
Manuela dos Santos Nunes da Silva  
Margot Latt Marinho  
Simone de Fátima Saldanha Carneiro Costa  
Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos  
Vanessa de Deus de Mendonça  
Yvonete Bazbuz da Silva Santos  
Zora Yonara Torres Costa

## Revisão

Fernanda Justo  
Aline Alves

## Diagramação e Projeto Gráfico

Matheus Matos

## Capa

Matheus Matos



© 2018 Editora IFB

A exatidão das informações, as opiniões e os conceitos emitidos nos capítulos são de exclusiva responsabilidade dos autores. Todos os direitos desta edição são reservados à Editora IFB. É permitida a publicação parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte. É proibida a venda desta publicação.

## Editora



Reitoria – SGAN Quadra 610,  
módulos D, E, F, G  
CEP: 70860-100 Brasília-DF  
www.ifb.edu.br  
Fone: +55 (61) 2103-2108  
editora@ifb.edu.br

# eixo 1

- |   |   |      |
|---|---|------|
| 1 | Reunião explicativa sobre os programas de promoção à permanência do IFB <i>Campus</i> Gama: uma experiência inclusiva | - 8  |
| 2 | Saúde da População Negra em Diálogos: superação do racismo e da intolerância religiosa na formação discente           | - 13 |

# eixo 2

- |   |  |      |
|---|--|------|
| 3 | A necessidade de informação e o uso de tecnologias pelas pessoas surdas  | - 19 |
| 4 | Ciberlibras: tecnologia assistiva para integração de deficientes auditivos no meio acadêmico   | - 24 |
| 5 | Formação Técnica Profissional Juvenil, inclusão social e solidariedade em movimento: relatos de experiência dos estagiários do Registro Acadêmico do <i>Campus</i> Brasília/IFB em perspectiva | - 28 |
| 6 | Inclusão de estudantes com deficiência na produção orgânica em São Sebastião/DF: primeiros passos  | - 33 |

7	Minha História na Escola, <i>Podcast Storytelling</i> : dando voz aos silenciados	- 39
8	Projeto Incluindo 2016	- 44
9	Reciclarte: reciclar com arte	- 50
10	Relatos da trajetória exitosa de alunos surdos do curso técnico em serviços públicos do <i>campus</i> Brasília do Instituto Federal de Brasília	- 55

## eixo 3

11	Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa: estudo de caso realizado em uma unidade de semi-liberdade feminina	- 61
12	Escola de <i>App</i> : enfrentando a violência <i>on-line</i> contra meninas	- 67

## eixo 4

13	Origami como ferramenta para contação de histórias e inclusão no mercado de trabalho	- 73
14	Reuso de materiais como proposta de (re)inserção no mercado de trabalho	- 78

## Apresentação

O Instituto Federal de Brasília (IFB) tem a grata satisfação de entregar os anais do VI Fórum de Educação Inclusiva (EPTI). Esta ação, que ocorre desde 2012, constitui um espaço de formação pedagógica para professores e técnicos com vistas a oferecer atendimento educacional especializado e humanizado na área de Educação Inclusiva (pessoas com deficiências e/ou transtornos, diversidade sexual, raça, gênero). Em especial, contribui para o desenvolvimento de métodos de atendimento educacional e tecnologias diversas (tecnologias assistivas, tecnologias de automação, *internet* das coisas, realidade aumentada, tradutores, aplicativos *Web* e *mobile*, páginas acessíveis e etc.) com o objetivo de contribuir para o avanço dessa área de pesquisa no Brasil e, principalmente para a melhoria da qualidade de vida das pessoas que delas precisam, ao proporcionar ou ampliar habilidades funcionais de pessoas com deficiência e, conseqüentemente promover Vida Independente e Inclusão.

Agradecemos o prestigioso apoio do Conselho Nacional Científico e Tecnológico (CNPq), do Governo do Distrito Federal (GDF), dos autores, dos membros da equipe de avaliadores, dos palestrantes e oficinairos, à equipe de suporte operacional e administrativo, bem como às instituições parceiras: Movimento Orgulho Autista Brasil (MOAB), Instituto Benjamim Constant (IBC), Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES), Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), Instituto Federal do Triângulo Mineiro (IFTM), Universidade de Brasília (UnB), Instituto Federal do Mato Grosso (IFMT), Instituto Federal do Rio Grande do Sul (IFRS). A todos, nosso muito obrigado!

Comissão Organizadora do VI Fórum EPTI e  
Pró-reitoria de Extensão e Cultura

# eixo:

Educação Profissional para  
Relações Étnicos-Raciais

# 1

## Reunião explicativa sobre os programas de promoção à permanência do IFB *Campus* Gama: uma experiência inclusiva

Sandra Cristina Rodrigues Viana Sampaio  
Serviço Social  
UNIP  
*e-mail:* sandra.c.cristina@gmail.com

Zora Yonara Torres Costa  
Mestra em Filosofia  
Instituto Federal de Brasília - *Campus* Gama  
*e-mail:* zora.costa@ifb.edu.br

Jacqueline Domiense Almeida de Souza  
Mestra em Política Social  
Instituto Federal de Brasília - *Campus* Gama  
*e-mail:* jacqueline.souza@ifb.edu.br

## Resumo

O presente trabalho objetiva abordar alguns elementos relacionados a Política de Assistência Estudantil, referente ao auxílio que é direcionado aos estudantes com vulnerabilidade socioeconômica. O trabalho aqui proposto tem como base empírica a reunião explicativa sobre o Auxílio Permanência e Proeja para os estudantes contemplados. A atividade foi realizada no Instituto Federal de Brasília (IFB), *Campus Gama*, e coordenado pelas Assistentes Sociais da Coordenação de Assistência Estudantil e Inclusão Social/CDAE. Destaca-se que a reunião explicativa teve o intuito de possibilitar uma maior compreensão sobre os critérios relacionados ao recebimento e continuidade dos auxílios para que o estudante tenha afixado sua permanência, bem como fomentar a inclusão, este que é um dos valores do Instituto. Exposta a questão, a reunião explicativa se propôs a acompanhar o processo de trabalho realizado na reunião, levantando dados para aprimorar ainda mais o processo inclusivo com os estudantes contemplados com o Auxílio Permanência e Proeja. Conclui-se, assim, que este trabalho é uma ação inclusiva e tem como estratégia orientar e informar sobre a concessão do auxílio para a permanência dos estudantes no *Campus Gama*.

**Palavras-chave:** Assistência Estudantil; Inclusão; Auxílios.

## Introdução

A Política de Educação, enquanto um direito universal não poderá ser confundida com o simples ato de ler, escrever e calcular, mas compreendida na sua totalidade. Todos e todas são iguais perante a lei sem distinção de qualquer natureza, conforme descreve a Constituição de 1988, em seu balizamento legal no artigo 205, no qual afirma o direito à educação enquanto um direito universal. A educação engloba intencionalmente a construção de bases para cidadania. Neste sentido a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional/LDB reitera a premissa de que a educação é um dos pilares básicos para a formação do indivíduo e sua cidadania. Assim, a Política de Assistência Estudantil da Rede Federal de Educação Profissional Científica e Tecnológica (PAE) e do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), descrito no Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010, vem a coadunar com a LDB no sentido de promover a inclusão e a permanência daqueles que estão em situação de vulnerabilidade. O PNAE tem o objetivo descrito no Art. 2º, inciso IV, “contribuir para a promoção da inclusão social pela educação”, bem como a Política de Assistência Estudantil/PAE, em seu Art. 18, afirma que o Programa deverá ser para a permanência e o êxito acadêmico. Diante deste

contexto, uma das observações realizadas pelas Assistentes Sociais do *Campus Gama* se refere ao desconhecimento parcial da real finalidade do auxílio e da dificuldade em compreender os critérios referentes ao recebimento do mesmo. Desta maneira, nasceu o projeto interventivo das reuniões explicativas sobre a Política de Assistência Estudantil, especificamente o auxílio Permanência e Proeja. Assim, o projeto teve como objetivo geral: dialogar sobre os critérios relacionados a concessão do auxílio permanência fomentando a inclusão junto aos estudantes dos cursos técnicos, subsequentes e de graduação no IFB do *Campus Gama*. Já os objetivos específicos foram: 1) aprimorar as estratégias de acolhimento na reunião para a inclusão discente; 2) esclarecer os critérios de recebimento referentes ao auxílio permanência; 3) diminuir a suspensão e cancelamento dos auxílios através da informação dos critérios relacionados ao auxílio permanência; 4) possibilitar a inclusão estudantil por meio da informação correta dos critérios do auxílio permanência. Sendo assim, durante o processo de concessão do auxílio, os estudantes foram informados sobre os critérios relacionados ao auxílio, como a questão da manutenção da frequência de 75% mensais, bem como manter seus dados atualizados junto a CDAE.

## **Metodologia**

A metodologia utilizada no presente projeto foi a abordagem descritiva sobre a temática da Assistência Estudantil e a concessão do auxílio permanência e proeja, em acordo com o Edital publicado pela CDAE no primeiro semestre de 2017. Assim, participaram o total de 90 (noventa) discentes, nas 2 (duas) reuniões explicativas, ocorridas em horários diferentes para alcançar um maior número de estudantes contemplados. As reuniões foram planejadas e executadas pelas servidoras do *Campus Gama*, especificamente as Assistentes Sociais, juntamente com a Técnica de Assuntos Educacionais e a Assistente de Aluno, repassando aos discentes contemplados as obrigatoriedades relacionados a concessão do auxílio.

## **Resultados e Discussão**

A reunião explicativa aplicada obteve um excelente resultado e aderência por parte dos discentes contemplados. Assim, o resultado principal desta ação foi alcançado, pois a equipe envolvida informou sobre os critérios e obrigatoriedades referentes ao auxílio permanência e proeja. Desta maneira, 70% dos estudantes presentes realizaram questionamentos durante a reunião explicativa sanando suas dúvidas acerca do edital. Cerca de 30% esperou a reunião acabar para fazer questionamentos relacionados ao auxílio de forma particularizada junto aos servidores. Diante da participação nas duas reuniões

explicativas compreende-se a importância da continuidade desta atividade, bem como foi identificado o cuidado do estudante em estar frequentando as aulas. Portanto, a reunião explicativa possibilitou refletir sobre a importância da publicização dos critérios relacionados à Assistência Estudantil do *Campus Gama*.

## Referências

BRASIL. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. Resolução n. 35, 13 de novembro de 2012. Aprova a nova estrutura organizacional para Instituto Federal de Brasília.

BRASIL. Ministério da Educação. Decreto n. 7.234, de 19 de julho de 2010. **Programa Nacional de Assistência Estudantil.**

\_\_\_\_\_. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília. Resolução n. 12, 08 de fevereiro de 2012. Aprova o Regimento Geral do Instituto Federal de Brasília.

\_\_\_\_\_. **Lei Federal n. 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Diretrizes e Base da Educação Nacional.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008.** Institui a rede federal de educação profissional, científica e tecnológica, cria os institutos federais de educação, ciência e tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm)>. Acesso em: 24 ago. 2017.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2007.

## Financiamento

Não houve fonte de financiamento para realização do presente projeto.

## Outras informações para a composição do resumo



Figura A – Grupo de Pesquisa Diversidade e Inclusão

# 2

## Saúde da População Negra em Diálogos: superação do racismo e da intolerância religiosa na formação discente

Caroliny Victoria dos Santos Silva  
Discente do curso de bacharelado em Enfermagem  
Universidade de Brasília  
*Campus Ceilândia*  
*e-mail: carolsilvaa2013@hotmail.com*

Thaís Barbosa de Oliveira  
Discente do curso de bacharelado em Saúde Coletiva  
Universidade de Brasília  
*Campus Ceilândia*  
*e-mail: thais.barbosa@aluno.unb.br*

Maria Inez Montagner  
Doutora em Saúde Coletiva  
Docente da Universidade de Brasília  
*Campus Ceilândia*  
*e-mail: inezmontagner@hotmail.com*

Miguel Ângelo Montagner  
Doutor em Saúde Coletiva  
Docente da Universidade de Brasília  
*Campus Ceilândia*  
*e-mail: montagner@unb.br*

## Resumo

A realidade da saúde da população negra no Brasil exige esforços por parte das universidades na prevenção de práticas de racismo e intolerância para com as religiões afro-descendentes durante a formação acadêmica em saúde, através de disciplinas e metodologias educativas e tecnológicas que promovam a inclusão e a equidade. Diante disso, este estudo objetivou realizar uma análise de 10 vídeos que foram produzidos através do programa Diálogos da UnBTV sobre saúde da população negra, com a participação de especialistas, mestres e doutores no assunto e representantes de religiões afro-descendentes, durante os anos de 2014 a 2016. Os resultados evidenciaram que os vídeos obtiveram uma média de 365 visualizações, sendo que o vídeo de maior alcance obteve 1.232 visualizações. Foram identificados os principais temas, condensados em categorias, tratados ao longo dos programas: Educação Popular em Saúde (EPS); concepção de saúde nas Comunidades de Terreiro; preconceito; parceria com o Estado; acolhimento e principais políticas de apoio a populações vulneráveis. Do total de categorias, as que compunham o assunto de maior proporção foram as de EPS, concepção de saúde nas Comunidades de Terreiro e preconceito. A categoria discutida em menor escala nos vídeos foi a de parceria com o Estado. A utilização de recursos tecnológicos de mídia pode colaborar para a promoção de reflexões sobre desigualdades em saúde na formação dos discentes, para que suas práticas assistenciais sejam livres de preconceitos e garantam a autonomia e a cidadania das pessoas sob seus cuidados.

**Palavras-chave:** Saúde; População Negra; Educação tecnológica.

## Introdução

Os cursos de graduação na área da saúde objetivam levar o estudante a ser capaz de fazer uso de habilidades crítico-analíticas na solução de desigualdades em saúde que afetam a coletividade. No que concerne a isso, o desenvolvimento de competências profissionais é facilitado mediante a adoção de estratégias educacionais compatíveis com o desenvolvimento tecnológico alcançado nas primeiras décadas do século XXI, com disponibilização de recursos de mídia na internet, TV e rádio. Um dos dilemas que afetam a saúde da população brasileira, e está intimamente ligado a formação profissional, refere-se à saúde da população negra. Estudos apontam que existem barreiras de acesso ao serviço público de saúde devido ao racismo presente na assistência prestada e à intolerância para com as religiões afro-descendentes. Essa realidade exige esforços por parte das universidades na prevenção dessas práticas durante a formação acadêmica em saúde, através de disciplinas

e metodologias educativas e tecnológicas que promovam a inclusão e a equidade. No que concerne a isso, a produção de vídeos com discussões e debates, em parceria com os canais de TV Universitárias, torna-se uma importante ferramenta na apropriação de conteúdos. Portanto, o objetivo deste estudo é mensurar as visualizações e analisar o conteúdo dos vídeos produzidos através do programa Diálogos, da TV da Universidade de Brasília (UnBTV), sobre saúde da população negra, realizados, principalmente, para discentes de graduação na área da saúde.

## **Metodologia**

A análise foi realizada a partir das seguintes etapas: (i) calcular a média, mínimo e máximo das visualizações obtidas no YouTube; (ii) assistir aos vídeos; (iii) selecionar os discursos comuns; (iv) descrever os discursos comuns; (v) transcrever os principais discursos comuns em categorias; (vi) discutir os resultados encontrados.

## **Resultados e Discussão**

Foram analisados 10 vídeos do programa Diálogos sobre saúde da população negra, gravados durante os anos de 2014 a 2016, com a participação de especialistas, mestres e doutores no assunto, bem como representantes de religiões afro-descendentes no Brasil, como babalorixás (pais de terreiro) e ialorixás (mães de terreiro). Os vídeos obtiveram uma média de 365 visualizações, sendo que o vídeo de maior alcance obteve 1.232 visualizações e, o de menor, 57. Foram identificadas seis categorias que incluem os principais temas tratados ao longo dos programas, a saber: Educação Popular em Saúde (EPS); concepção de saúde nas Comunidades de Terreiro; preconceito; parceria com o Estado; acolhimento e principais políticas de apoio a populações vulneráveis. Do total de categorias, as que compunham o assunto de maior proporção foram as de EPS, concepção de saúde nas Comunidades de Terreiro e preconceito. A categoria discutida em menor escala nos vídeos foi a de parceria com o Estado. Sobre a EPS, as Comunidades de Terreiro aparecem enquanto promotoras da saúde, que aproximam agentes formais de saúde e a comunidade, desenvolvendo ações conjuntas com os serviços públicos de saúde sobre saúde da mulher e prevenção de doenças emergentes, como a dengue, por exemplo. No entanto, os entrevistados relatam que nem sempre conseguem êxito em aproximar os profissionais de saúde das Comunidades de Terreiro, ora por negligência aos benefícios da EPS, ora por aspecto religioso. A concepção de saúde para Comunidades de Terreiro relaciona-se ao equilíbrio com o corpo e ao espírito e à visão da natureza como despertadora e

restauradora da energia vital. O preconceito e o desrespeito também foram temas centrais de algumas discussões. As violências citadas, geralmente, ocorrem no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) e são cometidas por profissionais de saúde, como atos de racismo e intolerância religiosa. De acordo com os discursos analisados, essas características constituem-se enquanto barreiras de acesso aos serviços de saúde e são propulsoras da piora dos quadros de enfermidades. Há, portanto, a necessidade de conciliação entre as Comunidades de Terreiro e o SUS, através do reconhecimento dos princípios da equidade e integralidade, que permite ao serviço inserir-se na vida social do território ao qual abrange e cooperar para o seu desenvolvimento e manutenção da saúde, reconhecendo as Comunidades de Terreiro enquanto locais de promoção à saúde que podem tornar-se aliados aos serviços no enfrentamento de enfermidades. Nesse contexto, a EPS corrobora para o diálogo entre saberes, gerando uma construção compartilhada de conhecimento, em que um não é superior ao outro, antes se integram para obter significados de cuidado em suas realidades e aproximar as comunidades. A concepção de saúde, quando compartilhada, produz a compreensão de singularidades que devem ser levadas em consideração quando em um atendimento hospitalar, o que assegura o resguardo de direitos e da autonomia de um indivíduo. Esses fatores colaboram para a diminuição da negligência ou estereotipações que promovem desigualdades na assistência à saúde devido ao quesito raça/cor e à religião. Para que isso seja alcançado, a formação do profissional de saúde deve se voltar para a história do país, marcada pela existência de iniquidades e diferenças étnico-raciais, o que pode colaborar para que suas práticas de saúde sejam livres de preconceitos perante o SUS. Em virtude dos aspectos analisados, a proposta seguramente não esgota todos os espaços de discussão sobre saúde da população negra no âmbito universitário. No entanto, espera-se ter contribuído para elucidar melhor sobre o tema para os alunos de graduação na área da saúde da Universidade de Brasília, orientando suas futuras práticas de assistência à saúde, seja no SUS ou no âmbito privado.

## Referências

BARBOSA, Tatiana Péret. Novas Tecnologias: Desafios e Perspectivas no Ensino Superior em Saúde. **Percurso Acadêmico**, v. 6, n. 12, 2017.

CRUZ, I. Como os profissionais de saúde podem desconstruir o racismo institucional dirigido à população negra no SUS. **Boletim Nepae-Nesen**. v. 13, n. 2, 2016.

CALVO-GONZALEZ, Elena. “Cultura Negra”, “População Negra” e Políticas de Saúde: Abordagens Etnográficas ao Estudo da Política de Saúde da População Negra em Salvador, Bahia. **A Cor das Letras**, v. 14, n. 1, p. 221-234, 2017.

MARTELLI, F.C. **TV Universitária, um modelo de gestão em construção: TV Unaerp de Ribeirão Preto**. 2012. 170f. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, UNESP, Bauru, 2012.

NUNES, B. P. et al. Desigualdades socioeconômicas no acesso e qualidade da atenção nos serviços de saúde. **Revista de Saúde Pública**. São Paulo. v. 48, n. 6, p. 968-976, 2014.

SILVA, Rafael Afonso da; FERNANDEZ, Juan Carlos Aneiros; SACARDO, Daniele Pompei. Para uma “ecologia de saberes” em saúde: um convite dos terreiros ao diálogo. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, 2017.

SILVA, M. M; SOUSA, R. M. No país do Racismo Institucional: dez anos de ações do GT Racismo no MPPE. **Ciênc. Saúde Coletiva**. Rio de Janeiro. v. 21 n.2, 2016.

# eixo:

Educação profissional para pessoas  
com necessidades específicas

# 3

## A necessidade de informação e o uso de tecnologias pelas pessoas surdas

Tania Carla da Silva (Bolsista)  
Curso Técnico Integrado ao Ensino Médio em Alimentos  
Instituto Federal de Brasília - *Campus* Gama  
*e-mail*: taniacarladasilva@gmail.com

Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos (Orientadora)  
Mestre  
Instituto Federal de Brasília - *Campus* Gama  
*e-mail*: sylvana.santos@ifb.edu.br

## Resumo

Este trabalho visa apresentar os resultados parciais da pesquisa de iniciação científica intitulada “O acesso às informações em meio digital pelas pessoas com deficiência”, submetida e aceita pelo Edital IFB n. 11/2016, na categoria PIBIC/EM. O contexto da pesquisa, iniciada em agosto de 2016, trata da acessibilidade a informações digitais em busca e recuperação por pessoas com deficiência, cuja motivação surge a partir da necessidade de conhecer a forma como este tipo de usuário busca informações ao fazer uso das tecnologias digitais. O objetivo da pesquisa é compreender os hábitos das pessoas com deficiência e as principais tecnologias que as auxiliam no processo da busca e da recuperação da informação em meios digitais. Neste trabalho, como forma de delimitar o público estudado, foram consideradas as pessoas com deficiência auditiva e seu comportamento no acesso a informações digitais. Os resultados mostram que aplicativos da web ainda são os mais acessados, embora não exista acessibilidade.

**Palavra-chave:** Necessidade de informação; estudantes surdos; tecnologias digitais.

## Introdução

A Lei Brasileira da Inclusão (BRASIL, 2015) considera a pessoa com deficiência aquela que possui impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial. Esta condição, em interação com uma ou mais barreiras, pode dificultar sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. A LBI é “destinada a assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”.

Bartalo e Zaninelli (2013) estudaram o comportamento informacional de pessoas com deficiência auditiva para identificar como estes usuários reconhecem suas necessidades informacionais, utilizam as fontes de informação e como buscam e utilizam essa informação. O resultado do referido estudo mostrou que, embora reconheçam suas necessidades, nem sempre é algo claro. Segundo Wilson (2000 *apud* GASQUE; COSTA, 2010), o comportamento informacional pode ser definido como a atividade ou a ação de buscar informação em consequência da necessidade de atingir um objetivo.

Em uma sociedade em que as pessoas são plurais em suas necessidades de informação, espera-se que os conteúdos de sistemas de informação

sejam desenvolvidos de modo acessível ao maior número de usuários. Para as pessoas surdas, o uso de *softwares* específicos, como conversores de texto para LIBRAS, podem auxiliar as pessoas que fazem uso da Língua Brasileira de Sinais como primeira língua. Gesser (2009, p. 60) afirma que a língua portuguesa tem um papel fundamental na escolarização e na vida cotidiana do surdo, uma vez que este tem a possibilidade de utilizá-la como língua escrita.

Com a evolução da internet e o surgimento de novas TIC, a forma de comunicação das pessoas com deficiência auditiva passou por grandes transformações. Estes indivíduos, embora não utilizem o sentido da audição para a captura de informações, têm ampliadas as possibilidades de percepção pelo sentido da visão – o que é, portanto, a principal diferença entre as pessoas surdas, que são visuoespaciais, e os ouvintes, que são oral-auditivos.

Amorim e Silva (2009, p. 357) afirmam que “diferentes componentes devem trabalhar em conjunto para garantir a acessibilidade”. Estes conteúdos podem ser texto, imagens, além de navegadores para Internet e a tecnologia assistiva. É necessário buscar conhecimento e experiência do usuário a fim de viabilizar a preparação e o desenvolvimento de sistemas e ferramentas.

## **Metodologia**

Em uma das fases da pesquisa, que se encontra em andamento, foram entrevistados 2 estudantes do *Campus Gama*, sendo uma aluna, que atualmente cursa o Técnico Integrado em Alimentos (Entrevistado 1), e um ex-aluno do curso Técnico Subsequente em Agronegócio (Entrevistado 2). Foram elaboradas questões abertas com o objetivo de investigar quais os meios de acesso à informação que estas pessoas utilizam e identificar os principais equipamentos de comunicação e aplicativos computacionais utilizados. Com isso, buscou-se conhecer o comportamento informacional da pessoa surda com o uso de equipamentos e programas, ou seja, as Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), além de identificar as principais fontes de informação utilizadas e as necessidades de informação.

## **Resultados e discussão**

A tabela 1 mostra as respostas às questões submetidas aos 2 estudantes entrevistados. Ressalta-se que a escrita está de acordo com o que cada um respondeu, ou seja, a escrita é aquela utilizada pelos sujeitos surdos.

**Tabela 1 - Questões e respostas dos entrevistados**

Questões	Entrevistado 1	Entrevistado 2
Você tem dificuldade p/ compreender textos escritos em língua portuguesa? Se sim, o que faz para resolver essa dificuldade?	Sim, peço ajuda dos intérpretes e leio dicionário, faço as pesquisas dos significados das palavras. Mas faço texto menor e treinando a fazer maior.	Talvez tenho que acesso para entender textos escritos em língua portuguesa. Então se sim, dificuldade.
Que tipo de informação você procura no seu dia a dia?	Estudos, notícias, vídeos e filmes com legenda e músicas.	Sim, eu estava costumando a buscar de estudos, notícias e vídeos. Preferi pesquisar em livros na internet.
Qual é a principal fonte de informação que você utiliza?	Amigos, família, livro, sites, dicionário, <i>Facebook</i> , <i>whatsapp</i> e <i>Instagram</i> .	Claro sim, usou muitos vários livros, sites, amigos e <i>facebook</i> .
Você costuma encontrar as informações que procura?	Sim.	Mas encontro que consegui procurar facilidade e rapidez.
O que você faz para contornar as dificuldades enfrentadas na busca da informação?	Mas dificuldade é comunicar com pessoas ouvintes. O uso dos aplicativos me ajuda mais e o texto.	Minha sugestão libertar os surdos e surdas precisamos aprender a pesquisar qualquer no site.

As propostas tecnológicas têm cada vez mais possibilitado a aquisição do conhecimento, minimizando as barreiras para a busca e a recuperação da informação, em que a disponibilidade é mais ampla e de fácil acesso. Com isso, concluímos, nesta pesquisa, a importância da diversidade das TICs e a necessidade de que estejam voltadas às pessoas surdas para possibilitar e melhorar seus processos de busca e recuperação da informação. Para as pessoas surdas, o uso de *softwares* específicos, como conversores de texto para LIBRAS, podem auxiliar as pessoas que fazem uso desta como primeira língua e promover sua comunicação com ouvintes.

## Referências

AMORIM, J. A. e SILVA, M. R. C. Produção de multimídia e acessibilidade em cursos de aprendizagem a distância. **Revista Educação Temática Digital**, v.10, n.2, 2009. Disponível em: <<http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/etd/article/view/2017>>. Acesso em: 02 mai.2017

BARTALO, L., ZANINELLI, T. B. **Comportamento informacional**: um estudo do acesso, da busca e do uso da informação pelos usuários com deficiência auditiva. Anais... Florianópolis: CBBBD, 2013. Disponível em: <<https://portal.febab.org.br/anais/article/view/1516>> Acesso em 03 mai.2017.

BRASIL. **Lei 13.146, de 06 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível

em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm). Acesso em 02: mai.2017

GASQUE, K. C. G. D.; COSTA, S. M. S. **Evolução teórico-metodológica dos estudos de comportamento informacional de usuários**. Ci. Inf., v. 39, n. 1, p.21-32, jan/abr. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v39n1/v39n1a02> > Acesso em: 02 mai.2017.

GESSER, Audrei. **LIBRAS? Que língua é essa?: crenças e preconceitos em torno da língua de sinais e da realidade surda**. São Paulo: Parábola Editorial, 2009.

### **Financiamento**

Bolsa de pesquisa CNPq – PIBIC-EM.

# 4

## Ciberlibras: tecnologia assistiva para integração de deficientes auditivos no meio acadêmico

Gabriel Lopes de Carvalho  
Línguas Estrangeiras Aplicadas/MSI  
UnB  
*e-mail:* gabriellopesc@gmail.com

Sofia Soares Dias  
Línguas Estrangeiras Aplicadas/MSI  
UnB  
*e-mail:* sofiasoaresd@hotmail.com

Arthur Pontes Costa,  
Comunicação Social  
UnB  
*e-mail:* arthurpontes01@gmail.com

Patricia Tuxi dos Santos  
Doutora  
UnB  
*e-mail:* ptuxi@unb.br

## Resumo

O presente projeto consiste na criação de um banco de dados contendo sinais-termos da Língua Brasileira de Sinais usados no cotidiano acadêmico da Universidade de Brasília. Tal banco poderá ser usufruído por toda a comunidade acadêmica – professor, aluno ou funcionário –, que terá acesso a essas informações. O objetivo é tanto difundir os sinais-termos para docentes e discentes, quanto incluir a comunidade surda no espaço da universidade, bem como proporcionar maior autonomia para o estudante surdo na hora de procurar os sinais utilizados especificamente dentro da universidade e promover uma maior interação dessa mesma comunidade com plataforma e tecnologia *on-line*. Além disso, o projeto também tem como objetivo o ensino de LIBRAS através dessa plataforma *on-line*, para garantir, assim, a integração entre a comunidade ouvinte e a não ouvinte.

**Palavras-chave:** acessibilidade; língua de sinais; tecnologia assistiva.

## Introdução

Baseados no Decreto n. 5.296, de 2014, que determina os critérios básicos para a promoção da acessibilidade, e almejando a supressão de obstáculos e barreiras na comunicação da comunidade surda e ensurdecida da Universidade de Brasília, o projeto visa ser uma tecnologia assistiva de grande impacto na comunidade acadêmica da universidade. Para tal, imaginou-se um *site* capaz de oferecer conteúdo acerca dos eventos, dos locais e dos programas da faculdade em LIBRAS. Também se busca uma maior integração entre a comunidade surda e ensurdecida e a comunidade ouvinte, por meio da disponibilização de lições básicas para comunicação na Língua Brasileira de Sinais, ambicionando a fomentação do interesse no aprendizado da língua por parte da comunidade ouvinte.

## Metodologia

Recursos tecnológicos que visam à promoção de acessibilidade são chamados de tecnologia assistiva. Com esse tipo de tecnologia, pretende-se incluir, melhorar a qualidade de vida e dar autonomia a minorias por meio do desenvolvimento de recursos que auxiliem na comunicação, na mobilidade ou nos estudos e no trabalho dessas pessoas. Vemos então que é de extrema importância a criação de tais projetos para a comunidade surda no âmbito acadêmico para lhe dar autonomia e incluí-la.

Pensando no desenvolvimento de uma tecnologia, a ideia de algo mais facilitado veio à tona em relação à acessibilidade das pessoas surdas no âmbito acadêmico. Como a maioria das notícias e das informações referentes

ao cotidiano acadêmico se encontram no *site* institucional da Universidade, nada que ampare realmente uma pessoa surda foi encontrado. Logo, o projeto CiberLibras visa acessibilizar as informações, por meio de Língua de Sinais Brasileira, sobre todo o conteúdo pertinente à vida acadêmica e a informações que uma pessoa surda possa necessitar para desenvolver qualquer atividade na instituição.

Em nossa pesquisa, a organização dos sinais-termos em LSB das localizações da UnB tem a estrutura de apresentar os sinais-termos da área acadêmica, como edifícios, cursos, e também abordar expressões idiomáticas e palavras do cotidiano que possam acrescentar ao conhecimento das pessoas que querem aprender LIBRAS.

Segundo Korth, um banco de dados é “uma coleção de dados que se inter relacionam, representando informações sobre um domínio específico”, ou seja, é a coleção de um determinado ou vários tipos de dados em um único lugar. Conseqüentemente, um banco de dados é nada mais nada menos que uma forma de reunião e distribuição de informações para os mais diversos fins. Além do banco de dados, um site ergonomicamente idealizado para a fácil compreensão e navegação de pessoas surdas é o intuito de criação do grupo. Com a intenção de integração com o *site* principal da Universidade de Brasília, o grupo deseja lançar um projeto piloto para integração via *web* de pessoas surdas e difundir a ferramenta para outras universidades.

## Resultados e discussão

Os resultados esperados com a implementação do projeto são ambiciosos, porém perfeitamente alcançáveis. Como o processo de criação do projeto tem participação ativa de membros da comunidade surda e ensurdecida da UnB, a busca de resultados é totalmente pautada em seus reais obstáculos enfrentados diariamente. Eles categoricamente alegam sentir um atraso na obtenção de informações concernentes aos assuntos da Universidade, além de terem uma séria dificuldade de ingresso em programas de assistência estudantil, por exemplo, por entraves na comunicação.

É esperado, portanto, que informações fundamentais não mais sejam negligenciadas. O *site* ambiciona ser um portal para que a comunidade surda e ensurdecida se sintam amparada em suas dúvidas mais frequentes, além de ser um canal de comunicação de atualidades do ambiente universitário para esta comunidade.

Resultados também são esperados da comunidade ouvinte da UnB. Com a disponibilização de lições básicas para a comunicação em LIBRAS, anela-se uma maior procura pela aprendizagem da língua por parte dos alunos ouvintes

da Universidade. Com isso, aspira-se uma maior integração entre a comunidade surda e a ouvinte.

## Referências

ARONING, L.; HUFEISEN, B. Methods of research in multilingualism studies: researching a comprehensive perspective. In: **The Exploration of Multilingualism: Development of research on L3, multilingualism and multiple language acquisition**. AILA Applied Linguistics Series 6, 2009, p. 103-120.

KRIEGER, M. da G.; FINATTO, M. J. B. Geração de bancos de dados. In: **Introdução à Terminologia: teoria e prática**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 145-159.

PREUSS, E. O; ÁLVARES, M. R. Bilinguismo e políticas linguísticas no Brasil: da ilusão monolíngue à realidade plurilíngue. **Acta Scientiarum. Language and Culture**. Outubro à dezembro 2014. Disponível em: <<http://ojs.uem.br/ojs/index.php/ActaSciLangCult/article/view/23169>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

SILBERSCHATZ, A.; KORTH, H. F.; SUDARSHAN, S. **Database System Concepts**. 6. ed. Nova York: McGraw-Hill Publishing Company, 1986.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002**. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/l10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/l10436.htm)>. Acesso em: 07 jun. 2017.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto n. 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000. (2005a). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm)>. Acesso em: 07 jun. 2017.

# 5

## Formação Técnica Profissional Juvenil, inclusão social e solidariedade em movimento: relatos de experiência dos estagiários do Registro Acadêmico do *Campus* Brasília/IFB em perspectiva

Elisângela da Silva Tirelli  
Estagiária/Bolsista extensionista  
Discente do Curso Técnico em Serviços Públicos  
Instituto Federal de Brasília - *Campus* Brasília  
*e-mail*: tatatirelli@hotmail.com

Túlio Michel  
Estagiário/Bolsista extensionista  
Discente do Curso Técnico em Serviços Públicos  
Instituto Federal de Brasília - *Campus* Brasília  
*e-mail*: tuliomichel12@gmail.com

Sandra da Conceição Ribeiro Freitas  
Estagiária  
Egressa do Curso Técnico em Serviços Públicos  
Instituto Federal de Brasília - *Campus* Brasília  
*e-mail*: sandratsp2017@gmail.com

Alberth San´Ana Costa da Silva (Orientador)  
Doutorando em Ciência da Informação  
Escola de Ciência da Informação/UFMG  
Instituto Federal de Brasília - *Campus* Brasília  
*e-mail*: alberth.silva@ifb.edu.br

## Resumo

Esta proposta tem como ponto de partida o registro das experiências e contribuições de bolsistas extensionistas do curso técnico em serviços públicos nos diferentes estagiários e em atividades curriculares supervisionadas. As colaborações de um graduando em Sociologia (UnB) somam-se em torno do desenvolvimento do projeto de extensão intitulado “Percurso Estudantil, Informação e Narrativas”: Registro Acadêmico do *Campus* Brasília como lugar de memória institucional e de práticas sociais a partir da interlocução da pesquisa, ensino e extensão”.

**Palavras-chave:** Estágio supervisionado; inclusão social; cidadania.

## Introdução

No decorrer da formulação desta proposta, percebemos que o Registro Acadêmico do *Campus* Brasília RA/CBRA viabiliza as dimensões de cultura, conhecimento e exercício da cidadania, ao passo que coloca em centralidade a relevância de oportunizar a formação técnica e profissional discente no setor por meio de atividades previamente planejadas, sistematizadas e com o devido acompanhamento. O referido projeto de extensão orientou-se por se tratar de uma proposta com caráter inovador de investigação no contexto do IFB na medida em que busca-se compreender que a organização documental acadêmica revela diferentes percursos: alunos que concluíram, trancaram, cancelaram ou evadiram do curso. Ao promover o tratamento informacional da documentação acadêmica, os discentes participantes deparam-se com desafios presentes em sua própria trajetória estudantil. Como desdobramento, por meio do processo reflexivo, os alunos se sentem impulsionados e estimulados a darem prosseguimento a sua formação acadêmica diante dos diferentes obstáculos no cotidiano. Os resultados advindos da gestão documental têm se revelado de grande valia, uma vez que contribuíram com o RA/CBRA em prol da manifestação da mediação informacional acadêmica quando tornam a informação um elemento promissor: neste período, foram acolhidos 15 (quinze) discentes vinculados ao IFB e 1 (um) graduando em Ciências Sociais pela UnB. Diante disso, tornou-se possível colocar em perspectiva as *experiências e contribuições dos estagiários do Registro Acadêmico do Campus Brasília/IFB*, em face aos desafios subjacentes no tocante à comunicação, diversidade e as múltiplas formas de inclusão social vivenciadas nesse contexto. De forma enriquecedora, tivemos quatro alunos com deficiência auditiva e uma pessoa com deficiência motora dentre os discentes; a dinâmica das interações tornou-se mais desafiadora, pois propiciou duas línguas em

contato. Esse fato demanda aprendizado e respeito pela cultura surda, além da compreensão das diferenças e singularidades individuais que perpassam e potencializam o exercício da cidadania e da inclusão social. Logo, evidencia-se que o papel social da Instituição está ancorado em sua missão *“oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da inovação, produção e difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável, comprometidos com a dignidade humana e a justiça social”* (IFB, 2017). Nesse sentido, notadamente, a inclusão social tem sido vivenciada e compreendida como um conjunto de ações em prol da participação igualitária de todos na sociedade, independente da condição física, classe social, gênero, orientação sexual, etnia, educação, entre outros aspectos.

## Metodologia

Tendo como base a triangulação *“informação-cultura-sociedade”*, propôs-se metodologicamente uma abordagem que contemple a combinação dos aspectos qualitativos e quantitativos. Assim, este trabalho foi fundamentado na capacitação dos agentes participantes no primeiro momento, com o objetivo de pesquisar a legislação pertinente em relação à gestão arquivística de acervo acadêmico. Vale destacar que foram recuperados diferentes dispositivos legais no tocante à gestão documental de acervos acadêmicos estudantis responsáveis pelos direcionamentos das políticas desenvolvidas.

Após estudos aprofundados e enriquecidos pelas discussões temáticas entre os profissionais, bolsistas e discentes em estágio supervisionados envolvidos sobre os dispositivos legais supramencionados, três eixos de ações foram estabelecidos de forma específica:

- reclassificar a massa documental por curso e semestre de egresso, com ênfase de organização dos diários de classes e assentamentos dos alunos;
- elaborar um arranjo de arquivamento para organização e recuperação eficaz desses assentamentos discentes de acordo com os apontamentos teóricos da área de arquivologia;
- desenvolver uma política de sinalização do arquivo externo e dos documentos, segundo a classificação proposta tanto para os diários quanto aos assentamentos estudantis, visando a recuperação célere e coerente com as informações cadastradas e disponibilizadas no Sistema de Gestão Acadêmica desenvolvido pelo Núcleo de Tecnologia e Comunicação (NITIC/IFB).

A partir disso, tais elementos constituíram objetivos específicos sobre

os quais diferentes esforços foram empreendidos, com vistas a alcançar estas proposições. Em seguida, estabeleceu-se um desenho metodológico sistematizados com ações claras, objetivas e coerentes com a realidade institucional. É importante não perder de vista, no entanto, o tema do **VI Fórum de Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva: “Desafios na Educação Profissional e Tecnológica: comunicação, diversidade e inclusão”**. Por essa razão, a proposta de submissão de relato oral tem como foco colocar em perspectiva a formação técnica profissional juvenil e, diante disso, colocar em perspectiva os relatos de experiência dos estagiários do Registro Acadêmico do Campus Brasília/IFB, em face aos desafios no tocante à comunicação, à diversidade e a inclusão vivenciados por eles. Ao fazermos isso, este trabalho assumiu uma relevância institucional, conforme descreve Moura (2012):

o papel das sociedades científicas, das redes sociais de cidadania e dos espaços educacionais, culturais e científicos voltados à formação crítica das implicações dos avanços científicos e tecnológicos é fundamental, pois é através destes dispositivos que os diversos atores sociais poderão compreender, sistematizar, produzir e compartilhar saberes em uma perspectiva cidadã. (MOURA, 2012, p.28).

## Resultados e Discussão

Diante do curto prazo do desenvolvimento das atividades, vale destacar que os resultados advindos pelos eixos de ações revelaram-se de grande valia, na medida em que têm contribuído para o RA tornar a informação como elemento que subsidia a manifestação do ensino, pesquisa e extensão do CBRA. A partir disso, o RA viabiliza a dimensão da cultura, e conhecimento, do exercício da cidadania e, sobretudo, da preservação e manutenção da memória institucional como princípios presentes no campo social da Ciência da Informação. A médio prazo, tais aspectos supramencionados colocam em relevo a importância da reflexão e dos procedimentos de armazenamento, coleta, tratamento, categorização, sistematização, controle e acesso, cada vez mais céleres e automatizados em face às características peculiares do IFB e às exigências legais instrutivas. Nesse sentido, pode-se considerar que a somatória dos resultados apresenta um caráter inovador no tocante à definição de políticas e implementação delas à luz de legislações vigentes em prol do desenvolvimento institucional em sua totalidade, por meio de uma equipe comprometida e engajada de profissionais e estudantes.

Reitera-se, portanto, a pertinência do compartilhamento dessas ações, para que a Rede de Educação Tecnológica dos Institutos Federais, em especial aos *campi* que compõem o IFB, tenham acesso a tais aprendizagens subjacentes

ao fazer cursos técnicos alinhavados por diferentes profissionais que se somam a saberes plurais e as incontáveis contribuições na inclusão social entre seus participantes, principalmente dos estudantes voluntários que escolheram o Registro Acadêmico como espaço integrador e diferenciado para a prática do estágio supervisionado. Assim, à medida que essas experiências são compartilhadas a longo prazo, novos saberes e práticas profissionais podem ser aprimoradas, num espaço profícuo que fortalece a dimensão do Registro Acadêmico do *Campus* Brasília, como um espaço social no qual o alcance da visibilidade acadêmica e institucional consolida a qualidade dos serviços prestados. Portanto, cabe destacar que os resultados aqui registrados foram desenvolvidos tendo como apoio crucial a somatório dos esforços dos 16 (dezesesseis) discentes: 15 (quinze) vinculados ao Instituto Federal de Brasília e 1 (um) graduando em Ciências Sociais (UnB). Com isso, todas os planejamentos foram consolidados por meio do engajamento concreto desse grupo de discentes em prol da superação das dificuldades, barreiras e desafios que permeiam a convivência em grupos de indivíduos heterogêneos.

### **Financiamento**

Projeto de Extensão submetido e aprovado pelo Edital IFB n. 41/2016 da PREX, contemplando dois bolsistas e recursos financeiros para custeio e compra de itens para o desenvolvimento das atividades previstas.

### **Referências**

IFB. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI)**, 2014-2018.

MOURA, Maria Aparecida (Org.) **Educação científica e cidadania abordagens teóricas e metodológicas para a formação de pesquisadores juvenis**. Belo Horizonte: UFMG/ PROEX, 2012

# 6

## Inclusão de estudantes com deficiência na produção orgânica em São Sebastião/DF: primeiros passos

Robson Caldas de Oliveira  
Doutor em Biotecnologia  
IFB - *Campus* São Sebastião  
*e-mail*: robson.caldas@ifb.edu.br

Hosana Alves do Nascimento  
Estudante de curso técnico em Meio Ambiente  
Membro da Horta Comunitária Orgânica Girassol  
IFB - *Campus* São Sebastião  
*e-mail*: hosana.q12@gmail.com

Reinaldo Araújo Gregoldo  
Pedagogo  
Especialista em Educação Ambiental  
IFB - *Campus* São Sebastião  
*e-mail*: reinaldo.gregoldo@ifb.edu.br

Jefferson Sampaio de Moura  
Especialista em Docência do Ensino Superior  
IFB - *Campus* São Sebastião  
*e-mail*: jefferson.moura@ifb.edu.br

Laura Misk de Faria Brant  
Mestre em Medicina Veterinária  
IFB - *Campus* São Sebastião  
*e-mail:* laura.brant@ifb.edu.br

Leonardo Pessoa Rodrigues Gomes  
Especialista em Gestão em Controladoria Governamental  
IFB - *Campus* São Sebastião  
*e-mail:* leonardo.gomes@mec.gov.br

Pedro Henrique Isaac Silva  
Doutor em Sociologia  
IFB - *Campus* São Sebastião  
*e-mail:* pedro.silva@ifb.gov.br

Vera Lúcia Ribeiro de Carvalho Bueno  
Doutora em Saúde Coletiva  
IFB - *Campus* São Sebastião  
*e-mail:* vera.bueno@ifb.edu.br

Ângela Cristina Superti  
Gestora  
Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência, de  
Funcionários do Banco do Brasil e da Comunidade/Núcleo  
Regional do Distrito Federal (APABB/DF)  
*e-mail:* supervisor\_df@apabb.org.br

Jaqueline de Queiroz Araújo  
Estudante de Serviço Social  
Universidade Católica de Brasília  
Estagiária da APABB/DF  
*e-mail:* jaque.qa@hotmail.com

Leonor Rodrigues Martins  
Assistente social,  
APABB/DF  
*e-mail:* ssocial\_df@apabb.org.br

## Resumo

O projeto de extensão “Horta Orgânica de Inclusão Social e Cidadania de São Sebastião”, fruto de parceria entre o Instituto Federal de Brasília/IFB – *Campus São Sebastião/CSSB*, a APABB/DF, a Horta Girassol, o Instituto Cooperforte, o Instituto Amigos da Solidariedade e o IFB - *Campus Planaltiana/CPLA*, baseia-se na inserção socioprodutiva de estudantes com deficiência das redes públicas de São Sebastião, por meio da produção orgânica. Este trabalho apresenta a experiência exitosa de projeto inovador e inédito no DF, em andamento, que está resultando no ganho de experiência do CSSB no atendimento a pessoas com deficiência e em impactos educacionais e sociais positivos nos estudantes.

**Palavras-chave:** inclusão; deficiência; produção orgânica; educação ambiental.

## Introdução

A Convenção 159 da OIT define como pessoa com deficiência (PcD) aquela “cuja possibilidade de conseguir, permanecer e progredir no emprego é substancialmente limitada em decorrência de uma reconhecida desvantagem física ou mental”. O trabalho oportuniza uma ação transformadora da pessoa, colaborando para sua inclusão e quebrando preconceitos, paradigmas e estigmas. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, diz no seu art. 23, inciso I: “Toda pessoa, sem considerar a sua condição, tem direito ao trabalho, à livre escolha do mesmo, a condições equitativas e à proteção contra o desemprego”. Assim, as PcD têm o direito fundamental de ingressar no mundo do trabalho, mas é necessário que sejam oferecidas oportunidades e meios para desenvolver ao máximo suas potencialidades.

O art. 59, inciso IV, da Lei n. 9.394/1996 e o art. 28 do Decreto n. 3.298/1999 estabelecem a educação especial para o trabalho, na qual a contratação de PcD deve vir acompanhada de sua capacitação, para que de fato sejam inseridas em atividades laborais (BRASIL, 1996, 1999). No Censo 2010, o percentual de pessoas que disseram possuir alguma deficiência foi de 23,9% da população brasileira (45,6 milhões); destes, apenas 403,2 mil estão inseridos no mercado de trabalho, segundo dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), do Ministério do Trabalho, em 2015 (PORTAL BRASIL, 2016).

O mercado de orgânicos do DF tem somente 3,9 produtores por 100 mil habitantes e renda *per capita* de R\$ 2.034,00, a mais alta do país; logo, é um promissor polo em expansão. Some-se a isso o poder de compra, a existência

e a disponibilidade de infraestrutura, o tamanho territorial que aproxima o produtor do mercado e as condições climáticas favoráveis à elevação da produção (CODEPLAN, 2015). Relativo à Região Administrativa (RA) de São Sebastião, esta tem sido ocupada desordenadamente por populações socialmente vulneráveis desde a construção de Brasília, tal como em outros núcleos urbanos do DF. Essa ocupação sempre se caracterizou por pequenos empreendimentos agrícolas e intervenções de agricultura urbana. O IFB – CSSB instalou-se na sua RA a fim de atender às demandas da comunidade por formação profissional e desenvolvimento local e, nessa perspectiva, estimular, inclusive, a inserção socioprodutiva das PcD. O Núcleo de Estudos Agroecológicos de São Sebastião (NEA) vem apoiando o CSSB em sua missão, desenvolvendo iniciativas pedagógicas inovadoras, divulgação científica, promoção da saúde, educação ambiental, estímulo à agricultura urbana e multiplicação dos conhecimentos em agroecologia.

O projeto “Horta Orgânica de Inclusão Social e Cidadania de São Sebastião”, em andamento, objetiva oportunizar às PcD das redes públicas de educação de São Sebastião a adquirirem compreensão das dimensões envolvidas no mundo do trabalho, por meio da produção orgânica.

## **Metodologia**

Trata-se de curso de extensão de 180 horas, entre abril e dezembro de 2017, aliado à promoção de ações para a melhoria da qualidade de vida e a inserção socioprodutiva de PcD de escolas públicas de São Sebastião. São atendidos alunos das mais diversas idades matriculados desde o ensino fundamental até o superior, com 16 anos ou mais, e acompanhantes (responsáveis pelos estudantes). Possui duas turmas (matutino e vespertino), com dois encontros presenciais semanais cada, sendo um no IFB – CSSB e outro na Horta Girassol. O curso tem cinco módulos: a) Formação Social: Direito e Cidadania; b) Formação Ambiental: Transformando Conceitos e Realidades; c) Formação em Gestão: Empreendedorismo; d) Formação em Produção Orgânica: Horta Orgânica e e) Práticas Agroecológicas. No primeiro semestre de 2017, foram trabalhados os módulos de formação social e ambiental no CSSB e as atividades práticas de produção orgânica na Horta Girassol. No próximo, serão trabalhados os módulos restantes no CSSB e a continuidade das práticas na Horta. Estão sendo realizadas reuniões mensais do Conselho Gestor do Projeto, que envolvem APABB – DF (gestão e serviço social), o IFB – CSSB (gestão e ensino), a Horta Girassol (ensino e produção orgânica), o Instituto Cooperforte (fomento) e o Instituto Amigos da Solidariedade (transporte). Foram entregues dois modelos de fichas avaliativas, para mensuração dos

aspectos qualitativos e quantitativos por parte dos docentes e da coordenação pedagógica, a serem auferidos em cada dia de execução do projeto.

## Resultados e Discussão

O processo seletivo foi promovido pelo Serviço Social da APABB – DF, com apoio do IFB – CSSB, da Coordenação de Ensino (CRE), do Centro de Referência em Assistência Social (CRAS) e da Vila Olímpica, e classificou 28 estudantes, por meio de entrevistas e visitas domiciliares, e selecionou 11 estudantes e respectivos acompanhantes. Atualmente 9 estudantes e seus acompanhantes são atendidos pelo projeto, os quais apresentam deficiência intelectual, física múltipla, síndrome de Down e baixa visão. Alguns estudantes são mais independentes e não demandam acompanhantes. O Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas (NAPNE) do IFB – CSSB deu suporte às atividades do curso.

Durante o desenvolvimento dos módulos, os participantes envolveram-se em todas as atividades propostas. Em <https://goo.gl/nTvqd4>, apresentam-se fotos das atividades desenvolvidas, divulgações do projeto e matérias publicadas. Os professores prepararam práticas pedagógicas em conformidade com as especificidades dos estudantes; aprenderam e adquiriram competências pedagógicas para atuação com PcD. Observou-se intensa vinculação interpessoal nas duas turmas. Foram estimulados a problematização, o uso sistemático de elementos audiovisuais, as discussões em grupo, as oficinas práticas com produção de produtos concretos e as atividades de produção orgânica na Horta Girassol, onde canteiros foram elaborados e os cultivos já começaram a se desenvolver. Adicionalmente, houve a promoção de atividade cultural promovida pela APABB – DF (espetáculo “*Disney on Ice*”). Como resultado da avaliação pedagógica, apoiada por observações in loco e formulários elaborados, foram evidenciadas nos estudantes apreensões conteudinais através de falas e produções didáticas, como desenhos, escritos, confecção de objetos e produção orgânica.

Iniciaram-se as atividades para a promoção da exposição da produção dos estudantes, a certificação orgânica da Horta Girassol e o desenho do plano de negócios com os parceiros para a venda de cestas semanais, de modo a remunerar os estudantes por sua produção e induzir sua inserção socioproductiva. No segundo semestre, os estudantes serão envolvidos nessa construção nos módulos de formação em empreendedorismo e em produção orgânica, esse últimos com apoio do IFB-CPLA.

## Referências

OIT. Organização Internacional do Trabalho. **Convenção n. 159 da Organização Mundial do Trabalho de 1983, relativa à reabilitação profissional e ao emprego de pessoas deficientes**. Disponível em: <[http://www.ampid.org.br/ampid/Docs\\_PD/Convencoes\\_UNU\\_PD.php](http://www.ampid.org.br/ampid/Docs_PD/Convencoes_UNU_PD.php)>. Acesso em: 12 jul. 2017.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948**. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0013/001394/139423por.pdf>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2017.

\_\_\_\_\_. **Decreto n. 3.298, de 20 de dezembro de 1999**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/d3298.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm)>. Acesso em: 12 jul. 2017.

BRASIL. **Lei n. 11.892, de 29 de dezembro de 2008**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2008/lei/l11892.ht](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.ht)>. Acesso em: 12 jul. 2017.

CODEPLAN. Companhia de Desenvolvimento do Distrito Federal. Diretoria de Estudos e Políticas Sociais. **O Mercado de Produtos Orgânicos: Mecanismos de Controle, 2015**. Disponível em: <[http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa\\_socioeconomica/politicas\\_sociais/2015/Mercado\\_Produtos\\_Organicos\\_2015.pdf](http://www.codeplan.df.gov.br/images/CODEPLAN/PDF/pesquisa_socioeconomica/politicas_sociais/2015/Mercado_Produtos_Organicos_2015.pdf)>. Acesso em: 12 jul. 2017.

PORTAL BRASIL. **Cresce número de pessoas com deficiência no mercado de trabalho formal, 2016**. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/economia-e-emprego/2016/09/cresce-numero-de-pessoas-com-deficiencia-no-mercado-de-trabalho-formal>>. Acesso em: 12 jul. 2017.

## Financiamento

O projeto é fomentado pelo Instituto Cooperforte. Por sua vez, o NEA do IFB – CSSB é apoiado pela Chamada MCTI/MAPA/CNPq n. 02/2016.

# 7

## Minha História na Escola, *Podcast Storytelling*: dando voz aos silenciados

Edson Castelo Branco Feitosa Júnior (Bolsista)  
MPET  
Instituto Federal do Amazonas - *Campus* Manaus Centro  
*e-mail*: edson.cbfj@gmail.com

Augusto José Savedra Lima  
MPET  
Instituto Federal do Amazonas - *Campus* Manaus Centro  
*e-mail*: 2017ajsl@gmail.com

Heliamara Paixão de Souza  
MPET  
Instituto Federal do Amazonas - *Campus* Manaus Centro  
*e-mail*: heliamarafilizola@gmail.com

Suelem Maquiné Rodrigues  
MPET  
Instituto Federal do Amazonas - *Campus* Manaus Centro  
*e-mail*: suelemacademico@gmail.com

Andréa Pereira Mendonça  
Instituto Federal do Amazonas - *Campus* Manaus Centro  
*e-mail*: andrea.ifam@gmail.com

## Resumo

Neste artigo, reportamos os resultados de um trabalho que utilizou técnicas de narrativa de *storytelling* para contar histórias sobre a trajetória escolar de pessoas que possuem algum tipo de deficiência, registrando-as na forma de *podcasts*. Estes *podcasts* compõem o projeto “Minha história na escola”, desenvolvido por estudantes de licenciatura, com o objetivo de sensibilizar profissionais e acadêmicos da área de educação para a necessidade de consolidar uma escola mais inclusiva. Os relatos evidenciaram que a trajetória escolar das pessoas ouvidas foram marcadas por dificuldades de acessibilidade física, preconceito por colegas de classe, indiferença e discriminação pelos docentes, além de despreparo técnico e pedagógico dos profissionais da educação para lidar com as diferenças. Por serem relatos que expõem pessoas reais, suas histórias e emoções, os *podcasts* trazem aos ouvintes a sensação de que foi dada voz aos silenciados. Por se tratar de uma gravação em mídia digital de fácil distribuição e acesso, os *podcasts* permitem que esses registros possam ser amplamente divulgados e, assim, beneficiar diferentes escolas e núcleos de atendimento a pessoas com deficiência. Como trabalho futuro, almejamos criar uma nova versão do projeto, a fim de registrarmos as percepções que os familiares de pessoas com deficiências têm da escola.

**Palavras-chave:** *podcast storytelling*; formação; inclusão.

## Introdução

O projeto “Minha história na escola” é resultado de uma oficina, denominada “*Podcast Storytelling: inovações na construção de narrativas*”<sup>1</sup>, na qual participaram acadêmicos dos cursos de Licenciatura em Química, Física e Matemática, do Instituto Federal de Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Manaus Centro/IFAM – CMC.

A oficina possuía carga horária de 30h e teve por objetivo capacitar acadêmicos de licenciatura para a adoção de técnicas de *storytelling* para narrar histórias, registrando-as no formato de *podcast*, isto é, arquivos de mídia digital (áudio ou vídeo) publicados na Internet por meio de feed RSS, que permite aos usuários fazer *download* para computadores ou dispositivos móveis e realizar atualização à medida que novos *podcasts* são distribuídos.

A concepção da oficina e dos recursos utilizados para capacitação dos estudantes foi fundamentada no trabalho de Braga (2015) sobre *podcast* e *storytelling*; de Imbernón (2011), sobre formação docente e profissional e de Peña (2003), sobre educação, tecnologia e humanização.

Para colocar em prática os conceitos e as técnicas aprendidos, os

<sup>1</sup> Acesse <https://goo.gl/NkHQxh> e conheça a estrutura da oficina e do projeto.

acadêmicos deveriam desenvolver o projeto “Minha história na escola”, que teve por objetivo promover a identificação e a compreensão das dificuldades vividas por pessoas com deficiência<sup>2</sup> no ambiente escolar, as quais abrangem desde as barreiras físicas, os problemas psicológicos e de comunicação, dificuldades de aprendizagem e, algo muito mais complexo, que é a aceitação por parte dos colegas, dos professores e dos demais membros da comunidade educativa. Acreditamos que esse processo de conhecimento e sensibilização pode ser um passo significativo na consolidação de uma escola mais inclusiva.

Para atingir os objetivos do projeto, os acadêmicos foram motivados a conhecer a trajetória acadêmica de pessoas reais que possuíam algum tipo de deficiência, construir as narrativas e registrá-las em mídia, a fim de permitir que estas histórias pudessem compor um rico recurso para sensibilização de estudantes de licenciatura, professores, profissionais que trabalham em núcleos de atendimento à pessoa com deficiência e demais profissionais da educação.

No projeto, três pessoas foram ouvidas – uma pessoa com deficiência de visão e duas com deficiência física. Para retratar suas histórias, três *podcasts storytelling* foram criados e cada um foi nomeado com uma expressão significativa da trajetória desses personagens: “o premiado”, “não vejo a hora do recreio acabar” e “esqueceram de combinar comigo”.

## Metodologia

Inicialmente, foi realizado, no âmbito do IFAM/CMC, um processo de sensibilização para o estudo da temática “Inclusão de alunos com deficiência” junto aos alunos das Licenciaturas em Química, Física e Matemática. A ideia era conseguir, por livre adesão, estudantes interessados em participar da oficina “Podcast Storytelling: inovações na construção de narrativas”.

Nove alunos inscreveram-se na oficina, que teve carga horária de trinta horas, desenvolvida ao longo de quinze dias. A oficina iniciou com aulas teóricas sobre narrativas, trajetória do herói e *podcast storytelling*. Depois desse processo de fundamentação, foi realizada a apresentação do projeto “Minha história na escola”, caracterizando as demandas para a sua realização.

Para desenvolver o projeto, os alunos dividiram-se em três grupos e apresentaram sugestões de nomes de pessoas com deficiência que poderiam falar sobre sua trajetória escolar. Com base nas sugestões, três pessoas com deficiência foram selecionadas e cada grupo ficou responsável por entrevistar uma delas. A entrevista foi precedida pela elaboração de um roteiro semiestruturado, a fim de direcionar a narrativa para a temática do projeto. As entrevistas foram gravadas e, posteriormente, passaram por um processo de

---

<sup>2</sup> Optamos pelo termo pessoa com deficiência seguindo a Portaria SEDH n. 2.344, de 3 de novembro de 2010

edição; finalmente, foram disponibilizadas no *SoundCloud* – uma plataforma de distribuição de *podcasts*.

Como produto final, os alunos produziram três *podcasts storytelling*:

- *Podcast storytelling* “Esqueceram de combinar comigo”<sup>3</sup>, que contém os relatos do processo de inclusão na educação formal do professor do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Amazonas Dalmir Pacheco;
- *Podcast storytelling* “Não vejo a hora do recreio acabar”<sup>4</sup>, que apresenta as histórias da vida escolar vivenciadas pela publicitária Rhanayse da Silva Costa;
- *Podcast storytelling* “O premiado”<sup>5</sup>, que demonstra os desafios enfrentados pelo professor de Informática Anderson de Oliveira Cavalcanti, que ficou deficiente visual (baixa visão) na idade adulta.

## Resultados e Discussão

As narrativas obtidas durante as entrevistas possibilitaram aos acadêmicos e aos ministrantes da oficina, uma desconstrução de ideias preconcebidas sobre as pessoas com deficiência e um novo olhar para os desafios que a sociedade e, em especial, os profissionais de educação devem enfrentar para a construção de uma escola verdadeiramente inclusiva.

As narrativas em formato de *podcast* foram recursos que permitiram às pessoas com deficiência falarem por sua própria voz, e não por terceiros. Em seus discursos, foi possível perceber visões muito próprias e reveladoras da condição da pessoa com deficiência no ambiente escolar, particularidades que só foram reveladas diante desse exercício de se sentir acolhido.

Acreditamos que esses registros, por estarem em uma mídia acessível e de ampla distribuição, podem tornar-se um recurso de estudo e sensibilização para um grande público e em diferentes contextos, por exemplo: na formação inicial e continuada de professores, nas reuniões pedagógicas com pais, nas conferências da área e nos núcleos de atendimento à pessoa com deficiência.

Consideramos que o maior legado deste projeto é a “experiência do ouvir” a pessoa com deficiência e, por conseguinte, a reflexão sobre a realidade que passa invisível aos nossos olhos – passos que são fundamentais para a construção de uma escola inclusiva e cidadã.

## Referências

BRAGA, Diogo. **Uma outra forma de fazer *podcast*: *storytelling***. [S.l.]: Mundo Podcast, 2015.

<sup>3</sup> Disponível em: < <https://goo.gl/vaLRZs>>

<sup>4</sup> Disponível em: < <https://goo.gl/H5cQsu>>

<sup>5</sup> Disponível em: < <https://goo.gl/Ry1Ugk>>.

IMBERNÓN, Francisco. **Formação docente e Profissional** – formar-se para a mudança e a incerteza. 9. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

PEÑA, Maria de los Dolores Jimenez (Coord. e Org.). Educação, tecnologia e humanização. **Caderno de Pós-Graduação em Educação, Arte e História da Cultura**, São Paulo, v. 3, n. 1, p. 9-19, jan. /abr. 2003.

# 8

## Projeto Incluindo 2016

Ana Cecília Botelho  
Bolsista  
Gestão Pública  
Instituto Federal de Brasília - *Campus Brasília*  
*e-mail: cecilia\_severo@hotmail.com*

Liliane do N. Neri  
Bolsista  
Gestão Pública  
Instituto Federal de Brasília - *Campus Brasília*  
*e-mail: lilianenneri@gmail.com*

Marcelayne Rodrigues  
Bolsista  
Gestão Pública  
Instituto Federal de Brasília - *Campus Brasília*  
*e-mail: marcelayne\_farias@hotmail.com*

Sandra F. Cruz  
Bolsista  
Gestão Pública  
Instituto Federal de Brasília - *Campus Brasília*  
*e-mail: sandfc2016@gmail.com*

Vivian Collicchio<sup>1</sup>  
Bolsista  
Gestão Pública  
Instituto Federal de Brasília - *Campus Brasília*  
*e-mail: viviancollicchio@gmail.com*

Pollyana M. Martins  
Orientadora  
Técnica Administrativa  
Instituto Federal de Brasília - *Campus Brasília*  
*e-mail: pollyana.martins@ifb.edu.br*

---

<sup>1</sup> A discente bolsista participou somente da parte de execução do projeto.

## Resumo

Observando a ausência de atividades artísticas e lúdicas direcionadas a alunos do EJA com deficiências e em situações de vulnerabilidade, discentes do curso Tecnologia em Gestão Pública oferecido pelo IFB – *Campus Brasília* desenvolveram o projeto Incluindo 2016, voltado para habilidades diferenciadas. Ao longo de cinco meses, foram realizadas oficinas semanais de reaproveitamento e reciclagem de materiais como vidros e latas, no intuito de promover a gestão desses resíduos sólidos, a sustentabilidade e a inclusão da pessoa com deficiência. Os participantes foram estudantes transferidos para o Centro de Ensino Fundamental 04, Guará I, remanescentes de uma escola interditada no bairro Estrutural. A partir da compreensão da importância das artes em suas diversas formas como parte da manifestação da criatividade do homem, o incentivo da arte na escola propicia a motivação e a inclusão de alunos que, muitas vezes, são excluídos do convívio escolar. Assim, o objetivo do “Projeto Incluindo” é considerar a pessoa com deficiência como um sujeito que necessita de propostas condizentes com suas especificidades e limitações, de forma a transparecer toda sua capacidade de aprendizagem e inovação.

**Palavras-chave:** Inclusão Social Produtiva; sustentabilidade; artes.

## Introdução

A proposição deste projeto foi motivada pelo desejo de um grupo de estudantes do Curso Superior de Tecnologia em Gestão Pública de aplicar os conhecimentos adquiridos em seu curso numa instituição cuja atividade fim fosse executada diretamente com um público específico. Optou-se então pelo ambiente escolar e uma turma de estudantes com deficiência para desenvolver as ações propostas a partir de uma perspectiva interdisciplinar, utilizando a arte e o reaproveitamento de resíduos. No artigo “As tramas da identidade”, o antropólogo, educador e folclorista Tião Rocha (2012) afirma que “a cultura é um bem universal definido por uma rede de relações”. Na perspectiva do autor, existem diversos componentes em toda comunidade humana, denominados indicadores sociais, que podem conceituar como “cultura” a construção de desenhos, padrões, símbolos e valores do grupo humano que ali vivem e interagem entre si. Infelizmente, ainda é comum identificarmos como parte da nossa cultura a segregação dos estudantes deficientes nas escolas:

A Arte é uma área de conhecimento relevante na construção da cultura de uma sociedade, pois a realidade vivida, antes corriqueira aos olhos do não-artista, passa a

ser refletida como consequência da linguagem artística cuja preocupação é a estética. Além da possibilidade de recriar o real, despertando o seu público para o conhecimento de si, do outro e do mundo em que vive com perspectiva de transformação. (BARBOSA, 1986, p. 74).

A arte-educação propicia a percepção estética, bem como estimula o desenvolvimento cognitivo e afetivo, o que contribui para a constituição integral do indivíduo, sem ter como preocupação única e mais importante a formação de artistas. Segundo Corrêa (2015), o aluno é capaz de expressar e saber comunicar-se enquanto mantém uma atitude de busca pessoal e também coletiva por meio da disciplina de Arte, uma vez que esses incentivos articulam a percepção, a imaginação, a emoção, a sensibilidade e a reflexão ao conhecer e realizar produções artísticas. Por isso, foi feita a escolha de utilizar as artes plásticas por se tratar de uma linguagem que possibilita realizar um trabalho de inclusão, desenvolvendo habilidades importantes para agregar esses estudantes ao convívio social.

Neste contexto, encontramos respaldo na Lei n. 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência: por exemplo, encontra-se em seu art. 27 que a educação constitui direito da pessoa com deficiência e é assegurado um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de aprendizado ao longo de toda a vida, de forma a alcançar o máximo desenvolvimento possível de seus talentos e habilidades físicas, sensoriais, intelectuais e sociais de acordo com suas características, interesses e necessidades de aprendizagem.

## **Metodologia**

Foram realizadas oficinas nas quais os alunos produziram materiais reciclados por intermédio das artes plásticas, a partir da observação, criação, percepção, tato e reconhecimento dos elementos visuais. A cada encontro, desenvolveu-se a experimentação e pesquisa de diversos tipos de materiais, com a finalidade de representar a realidade observada. Ao término desses procedimentos e processos, os objetos produzidos foram observados, analisados e avaliados em grupo; nesse momento, surgiram comentários a respeito da impressão que esses artefatos causam em cada indivíduo. A transformação de garrafas e latas em objetos de decoração e utilização diversos ocorreu sempre levando em conta as possibilidades, maneiras e os modos dos alunos transformarem seus conhecimentos em arte, ou seja, a forma como aprendem, criam e desenvolvem seus trabalhos, de forma livre e autônoma. A dinâmica dos encontros funcionou da seguinte maneira:

inicialmente, a discente Liliane Neri apresentava aos alunos a atividade do dia a ser realizada, demonstrando o passo a passo para a confecção do objeto em produção. Enquanto isso, as demais colaboradoras, alunos, monitores e professoras observavam as instruções repassadas para, posteriormente, dar prosseguimento à elaboração de garrafas revestidas com retalhos, barbantes coloridos, pintura de latas de leite, confecção de porta-trecos, entre outros.

## Resultados e Discussão

As atividades foram desenvolvidas com os alunos do Centro de Ensino Fundamental 04 do Guará I ao longo de cinco meses. Houve um ritmo crescente de envolvimento, empenho e dedicação por parte dos estudantes no decorrer do tempo e chegamos até o projeto sem evasões ou desistências. Foi possível observar em cada oficina que eles trabalhavam com mais afinco em suas produções: os relatos de professores, familiares e dos próprios alunos demonstraram os benefícios advindos com as práticas artesanais ao longo de um projeto que os propiciou a partir do aprimoramento de suas habilidades, bem como melhoria no desempenho das atividades escolares.

Ainda sob a perspectiva do relato das professoras e da observação do comportamento dos 26 alunos atendidos – divididos em duas turmas, turno matutino e vespertino – concluímos que o objetivo de promover e desenvolver a inclusão dos alunos com deficiência por meio das artes foi alcançado. Durante as oficinas, os estudantes aprenderam técnicas de reciclagem e reutilização de materiais que iriam para o descarte, o que proporciona a oportunidade de transformar sua realidade quando pode inventar e criar; habilidades relacionadas à percepção, atenção, colaboração e solidariedade foram desenvolvidas. A importância da gestão correta dos resíduos foi crescendo no decorrer dos trabalhos, o que acarretou uma ênfase nas orientações sobre coleta, limpeza e separação do material. Os alunos puderam perceber que o engajamento e participação de todos na promoção de ações a favor do desenvolvimento sustentável é bastante satisfatório: houve um momento de mobilização de toda comunidade escolar e comunidade do IFB – *Campus Brasília* durante a coleta de garrafas de vidros, latas de leite, caixas de leite e suco, no qual arrecadou-se (nos pontos de coleta no IFB – *Campus Brasília* e Sala dos Professores CEF 04 – Guará) 1700 garrafas, 200 latas, 176 caixas de leite/suco; do total arrecadado produziu-se: 476 garrafas revestidas de barbante e acabamento com tinta acrílica.

Assim, tem-se uma convergência com Souza (2011) quando este considera a arte um caminho para a interdisciplinaridade que envolve relações

dinâmicas entre o aluno e o meio, construindo um processo interativo e possibilitando o desenvolvimento cognitivo, biopsicossocial e cultural do educando com necessidades educacionais especiais, bem como o ingresso do mesmo na sociedade e no ensino regular. Na realização das oficinas, pudemos utilizar esse caminho e observar mudança na dinâmica das relações desses estudantes, como o aprendizado durante a aplicação do projeto. Além disso, todas as propostas contribuíram fortemente para estimular as discentes bolsistas enquanto futuras gestoras públicas a se tornarem agentes de mudanças a partir de práticas criativas, no intuito de buscar a concepção de uma nova cultura institucional nos órgãos e entidades públicas, em conjunto com a comunidade.

## Referências

BARBOSA, Ana Mae. **História da arte-educação: a experiência de Brasília**. I simpósio internacional de história da arte-educação - ECA/USP. São Paulo: Max Limonad, 1986.

BRASIL. **Lei n. 13.145**, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 18 ago. 2017.

CORRÊA, Meyre Lúcia da Silva. **Artes Visuais no Contexto da Inclusão**. Belo Horizonte: Escola de Belas Artes da UFMG, 2015. Disponível em: <[http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-A9LHC9/tcc\\_\\_\\_meyre\\_correa\\_final.pdf?sequence=1](http://www.bibliotecadigital.ufmg.br/dspace/bitstream/handle/1843/BUBD-A9LHC9/tcc___meyre_correa_final.pdf?sequence=1)>. Acesso em: 18 ago. 2017.

ROCHA, Tião. **As tramas da identidade**. Minas Gerais: CPCD, 2012. Disponível em: <http://www.ondajovem.com.br/acervo/3/as-tramas-da-identidade> . Acesso em: 31 ago. 2017

SOUZA, Magna Maria Marques de. **Contribuições da Arte na Educação Inclusiva**. Brasília: Universidade de Brasília, 2011. Disponível em: <[http://bdm.unb.br/bitstream/10483/3341/1/2011\\_MagnaMariaMarquesdeSouza.pdf](http://bdm.unb.br/bitstream/10483/3341/1/2011_MagnaMariaMarquesdeSouza.pdf)>. Acesso em: 18 ago. 2017.

## Financiamento

Edital RIFB PIPA n. 019/2016

# 9

## Reciclarte: reciclar com arte

Ana Cecília Botelho  
Bolsista  
Gestão Pública  
Instituto Federal de Brasília - *Campus Brasília*  
*e-mail: cecilia\_severo@hotmail.com*

Liliane do N. Neri  
Bolsista  
Gestão Pública  
Instituto Federal de Brasília - *Campus Brasília*  
*e-mail: lilianenneri@gmail.com*

Marcelayne Rodrigues  
Bolsista  
Gestão Pública,  
Instituto Federal de Brasília - *Campus Brasília*  
*e-mail: marcelayne\_farias@hotmail.com*

Sandra F. Cruz  
Bolsista  
Gestão Pública  
Instituto Federal de Brasília - *Campus Brasília*  
*e-mail: sandfc2016@gmail.com*

Juliana Quirino S. Alcantara  
Orientadora, Docente  
Instituto Federal de Brasília - *Campus Brasília*  
*e-mail: juliana.quirino@ifb.edu.br*

## Resumo

O *Workshop* RECICLARTE – reciclar com arte foi idealizado por discentes do curso superior de Tecnologia em Gestão Pública, IFB Campus Brasília, com a finalidade de promover a inclusão produtiva da pessoa com deficiência, a socialização junto à comunidade escolar e seus familiares, conciliando as artes plásticas com as disciplinas de Noções de Administração Pública e Implementação e Avaliação de Políticas Públicas. Os encontros aconteceram semanalmente, no quais são executadas oficinas de reaproveitamento e reciclagem de materiais, como garrafas de vidro e caixas ou latas de leite. Durante as atividades desenvolvidas, são repassadas técnicas de como transformar esses materiais em objetos decorativos ou em utensílios domésticos e, concomitantemente, cada participante interage com a pessoa com deficiência, o que propicia a inclusão da pessoa com deficiência e a conscientização dos atores públicos quanto a promoção da acessibilidade. O objetivo do Projeto RECICLARTE – reciclar com arte é demonstrar para a sociedade que a pessoa com deficiência possui capacidades e potencialidades, bastando apenas serem desenvolvidas e estimuladas.

**Palavras-chave:** Educação Profissional, Pessoas com Necessidades Específicas, arte, reciclagem.

## Introdução

A escolha do público específico, pessoas com deficiência, para a implantação e execução deste projeto partiu da observação e vontade de estudantes do curso superior de Tecnologia em Gestão Pública de colocar em prática conhecimentos adquiridos durante o curso, com ênfase nas disciplinas de Fundamentos de Administração Pública e Implementação e Avaliação de Políticas Públicas.

A Lei n. 13.146/2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, tem por objetivo assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania (BRASIL, 2015).

A partir das intervenções propostas, espera-se demonstrar, ainda à pessoa portadora de deficiência, à comunidade local e familiares, que é papel fundamental do gestor público contemporâneo promover a sustentabilidade no âmbito governamental, sendo este fato um diferencial no atual cenário da administração pública. Entendemos que os gestores passam a ser os principais agentes de transformação, envolvendo a comunidade, promovendo a inclusão social produtiva, a difusão, a socialização e a democratização das tecnologias

produzidas, com intuito de difundir boas práticas e as diversas possibilidades de reutilizar e reciclar materiais que iriam para o descarte.

Os modelos de colaboração entre professores, pais e outros profissionais, respeitando a diversidade, são devidamente reconhecidos como estratégias poderosas e bem sucedidas no âmbito da escola inclusiva (FREDERICO; HERROLD; VENN, 1999 apud WOOD, 1998).

Ao realizar este projeto de extensão, observamos que podemos nos tornar gestores em políticas públicas mais atentos às demandas da pessoa com deficiência, apesar de já existir diversas políticas públicas com a finalidade de garantir maior igualdade de direitos desse público, porém muito há de ser feito, principalmente no que diz respeito às escolas públicas, assim como pensar novas formas de divulgar as políticas públicas existentes e fazer com que as mesmas atinjam a pessoa com deficiência.

Assim, o presente trabalho teve por objetivo propiciar o desenvolvimento de habilidades de pessoa com deficiência, promover a inclusão e aplicar conhecimentos adquiridos nas disciplinas de Administração Pública e Avaliação e Implementação de Políticas Públicas.

## **Metodologia**

Os encontros aconteceram semanalmente, nos quais são produzidos objetos a partir de materiais como garrafas de vidro, caixas ou latas de leite. Os materiais utilizados foram previamente coletados mediante doações feitas por servidores, terceirizados e alunos do IFB *Campus* Brasília. São utilizadas técnicas de reciclagem e reutilização desses materiais e cada trabalho após ser produzido é observado e analisado. Ao final, é feito o reconhecimento dos elementos visuais, experimentação e pesquisa de diversos tipos de materiais com a finalidade de representar a realidade observada. Ao final desses procedimentos e etapas, o objeto produzido é comparado, analisado e avaliado. A partir de então, surgem comentários e percepções à respeito do objeto que cada um produziu, levando sempre em consideração a maneira que cada aluno interagiu durante a produção e como conseguiram aplicar as instruções e técnicas repassadas em arte. A discente Liliane Neri, inicia cada encontro apresentando o material a ser reutilizado ou reciclado e a técnica a ser executada no dia, nesse momento realiza o passo a passo demonstrando como proceder com a montagem do objeto. Logo após, as demais discentes, monitores e professores, observam e aplicam as instruções na produção das garrafas de vidro revestidas de plásticos rendados, barbantes coloridos, retalhos, latas revestidas com feltros coloridos, porta-trecos, entre outros.

## Resultados e Discussão

Os trabalhos foram desenvolvidos com os alunos, comunidade escolar e familiares na Escola Classe 01 do Guará I, comunidade escolar e familiares, ao longo de seis encontros, sendo um por semana. Percebe-se a interação e participação de todos a cada encontro. No decorrer de cada oficina, os objetos produzidos são mais bem trabalhados e acabados, gerando o interesse de todos participantes em aprender as técnicas. O projeto tem proporcionado maior afinidade entre alunos, comunidade escolar e pais, além de causar a percepção do quanto é importante o envolvimento de todos na construção de uma escola inclusiva.

A inclusão das pessoas com deficiência tem sido percebida com o processo de ensino-aprendizagem ao longo das oficinas realizadas, pois ao confeccionarem os objetos propostos superam suas limitações e, com isso, se sentem motivados e utilizar o conhecimento adquirido.

[...] postura inclusiva não é aquela que desconsidera as diferenças, ou faz de conta que todos são iguais, mas, ao contrário, é aquela que pressupõe que é a partir das diferenças que podemos construir um universo mais rico de aprendizagem e de produção da vida sociocultural” (MARTINS, 2002, p. 30)

A comunidade escolar do IFB *Campus* Brasília se envolveu na coleta de garrafas de vidro, caixas e latas de leite. Já foram arrecadas 400 garrafas de vidro, 125 latas e 100 caixas de leite/sucos. Espera-se produzir ao final das oficinas: 100 garrafas revestidas de barbante ou retalhos e 100 caixas ou latas de leite pintadas e decoradas.

Ao término do projeto de extensão espera-se promover e desenvolver a inclusão dos alunos com deficiência através das artes e observar uma maior sensibilização e engajamento de todos envolvidos no que se refere ao trato a pessoa com deficiência.

Segundo Sanchez (2005) e Sasaki (1999), a educação inclusiva deve ser entendida na perspectiva de atender às dificuldades de aprendizagem de qualquer aluno no sistema educacional e como meio de assegurar que os alunos que apresentam algum tipo de deficiência tenham os mesmos direitos que os outros alunos com participação plena na sociedade. Para que isso ocorra, faz-se necessário esforço conjunto de toda comunidade escolar: professores e funcionários da escola, alunos, pais, familiares e outros profissionais, para que este processo seja efetivado com sucesso.

Por fim, fazer com que discentes e futuros gestores públicos sejam agentes de mudanças, criem e busquem maneiras criativas e práticas para construir

juntamente com a comunidade em que se vive uma nova cultura institucional nos órgãos e entidades públicas.

## Referências

BRASIL, **Lei n. 13.145, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira da Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm)>. Acesso em: 18 ago. 2017.

FEDERICO, M. A.; HERROLD, W. G. JR. e VENN, J. Helpful tips for successful inclusion. **Teaching Exceptional Children**, vol.32, n.1, 1999.

WOOD, M. Whose job is it anyway? Educational roles in inclusion. In: WOOD, M. **Exceptional Children**, vol. 64, 1998.

MARTINS, M.C; PICOSQUE, G.; GUERRA, M.T.T. **Didática do ensino da Arte**. São Paulo: Editora FTD, 2002.

SANCHEZ, P. A. A educação inclusiva: um meio de construir escolas para todos no século XXI. **Revista Inclusão**. Brasília, v.1, n.1, out. 2005.

SASSAKI, R. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. Rio de Janeiro: WVA, 1999.

## Financiamento

Edital n. 047/2016 RIFB

# 10



## Relatos da trajetória exitosa de alunos surdos do curso técnico em serviços públicos do *campus* Brasília do Instituto Federal de Brasília

Ana Roberta Crisóstomo de Moraes  
Mestrado em Educação Social e Intervenção Comunitária  
IFB *Campus* Brasília  
*e-mail*: [roberta.crisostomo@ifb.edu.br](mailto:roberta.crisostomo@ifb.edu.br)

Doutora Lia Pappámikail (Orientadora)  
Instituto Politécnico de Santarém - Portugal  
*e-mail*: [lia.pappamikail@ese.ipsantarem.pt](mailto:lia.pappamikail@ese.ipsantarem.pt)

Doutor Josué de Sousa Mendes (Coorientador)  
IFB *Campus* Brasília  
*e-mail*: [josue.mendes@ifb.edu.br](mailto:josue.mendes@ifb.edu.br)

## Resumo

Este artigo pretende abordar um tema que tem inquietado a comunidade escolar do IFB: o atendimento aos alunos com deficiência. Trata-se de um público que tem cada vez mais procurado os cursos do IFB e que precisa de um olhar diferenciado. Embora haja alunos com deficiências diversas, o artigo foca nos alunos surdos, que, proporcionalmente, são os que mais buscam fazer cursos no IFB.

A proposta foi a de acompanhar a trajetória escolar de alunos surdos que se matricularam no Curso Técnico em Serviços Públicos e investigar o que foi feito para que eles atingissem a tão sonhada formação. Além do curso, acompanharam-se quais foram os egressos que conseguiram emprego e como os próprios alunos analisam o atendimento recebido ao longo do curso que contribuiu com o êxito deles.

As descobertas têm se mostrado muito interessantes e têm indicado ações que podem ser adotadas a médio e longo prazo. A intervenção realizada nesse processo tem permitido não só a visão de um todo, mas também enxergar as particularidades que envolvem a educação profissional no IFB no âmbito da educação inclusiva; entre elas, a existência do NAPNE – Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas –, que tem um importante papel nesse processo.

**Palavras-chave:** Educação Inclusiva; surdos; Napne.

## Introdução

Quando analisamos educação e inclusão, podemos verificar o quanto a humanidade avançou nessas duas áreas; todavia, ainda existem muitos desafios a serem superados em busca de uma educação inclusiva de fato para todos. A humanidade tem avançado na ciência e na tecnologia em velocidades meteóricas, mas ainda caminha a passos curtos quando se trata da educação inclusiva, ou seja, de assegurar aos alunos com necessidades específicas o acesso incondicional à participação e ao aproveitamento escolar, considerando a capacidade cada um.

É pela busca por uma escola inclusiva de qualidade que neste trabalho relataremos quais foram as experiências exitosas que permitiram aos alunos surdos do Instituto Federal de Brasília (IFB) conquistar a sua formação no ensino técnico e como os professores, os técnicos e as equipes do Napne e da CGAE do *Campus* Brasília colaboraram para que isso se tornasse possível.

Os Institutos Federais, desde a sua origem, trazem o compromisso com a sociedade em relação à inclusão social. Porém, essa não é tarefa das mais fáceis

de ser realizada. A educação inclusiva se configura como um grande desafio a ser enfrentado, pois não se trata apenas de instituir leis e criar políticas de inclusão, mas de, principalmente, criar uma cultura de conscientização entre seus educadores para a promoção da igualdade de oportunidades para os alunos e futuros profissionais que passam pelos diversos cursos oferecidos em seus *campi*.

Sendo a missão do IFB oferecer ensino, pesquisa e extensão no âmbito da Educação Profissional e Tecnológica, por meio da inovação, da produção e da difusão de conhecimentos, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento sustentável, comprometidos com a dignidade humana e a justiça social, é de fundamental importância que as ações realizadas com o público de pessoas com deficiência sejam evidenciadas, divulgadas, incentivadas e promovidas para que possamos alcançar um modelo de formação profissional em que todo o espaço escolar se prepare para o atendimento universalizado, independentemente de quem desejar ingressar em seus cursos.

Os Institutos Federais, por meio de suas políticas de inclusão, têm proporcionado aos alunos com deficiência uma considerável visibilidade dentro do contexto escolar, permitindo também a este público um melhor aproveitamento da vida acadêmica e também o desenvolvimento de novas práticas pedagógicas nos mais variados níveis e modalidades de escolarização, especialmente no ensino técnico. O Napne – o Núcleo de Atendimento às Pessoas com Necessidades Específicas – tem um papel significativo nesse processo, contudo, é um grupo de voluntários que luta com muitas dificuldades para atingir o seu principal objetivo, que é o de criar, na instituição, a cultura da “educação para a convivência” e aceitação da diversidade.

Em face do exposto, este trabalho pretende identificar ações que estão atendendo ou atenderam aos alunos surdos no âmbito do IFB, documentar estratégias e metodologias adotadas pelos docentes e pelos técnicos educacionais no processo de ensino-aprendizagem, descrever e divulgar as experiências exitosas a fim de compartilhar as informações e incentivar a difusão do conhecimento na área de inclusão dentro do Instituto Federal de Brasília.

## **Metodologia**

Está sendo usada a análise de conteúdo, uma metodologia que analisa os dados qualitativamente, que, segundo Portela (2004), não se preocupa com representatividade numérica, mas sim com o aprofundamento da compreensão de um grupo social ou de uma organização. Será usada a entrevista

semiestruturada a fim de obter dos indivíduos respostas aos questionamentos que deram início ao projeto e a outros que têm surgido ao longo da pesquisa. O objeto de estudo são os alunos surdos do Curso Técnico em Serviços Públicos do *Campus Brasília* do Instituto Federal de Brasília.

## Resultados e Discussão

O projeto está em andamento.

## Referências

ARANHA, M. S. F. Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Ano XI, n. 21, p. 160-173, mar. 2001.

BOURDIEU, P. **Esboço de uma teoria da prática** - precedido de três estudos sobre etnologia Cabila. Oeiras: Celta, 2002.

BRASIL. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as Diretrizes e Bases da educação. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l9394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm)>.

\_\_\_\_\_ **Lei n. 12.711, de 29 agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). BRASIL. Ministério da Educação. **Expansão da Rede Federal**. Disponível em: <<http://redefederal.mec.gov.br/expansao-da-rede-federal>>.

\_\_\_\_\_ **Decreto n. 6.949, de 25 de agosto de 2009**. Promulgação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

BRASIL. **Tecnologia Assistiva**. Comitê de Ajudas Técnicas – Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência, 2009.

CONFERÊNCIA MUNDIAL DE EDUCAÇÃO PARA TODOS. **Declaração de Salamanca**. 1994, Salamanca, Espanha.

MANICA, L. E.; CALIMAN, G. **A educação profissional para pessoas com deficiência**. Brasília: Liber Livro, 2015.

NASCIMENTO, F. C.; FLORINDO, G. M. F.; SILVA, N. S. **Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva: um Caminho em Construção**. Brasília: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, 2013.

PAIM, P. **Estatuto da Pessoa com Deficiência** – Lei Brasileira de Inclusão n. 13.146, de 6 de julho de 2015. Senado Federal, 2015.

SASSAKI, R. K. t – **Construindo uma sociedade para todos**. 7. ed. Rio de Janeiro: WVA, 2006.

SONZA, A. P.; SALTON, B. P.; STRAPAZZON, J. A. **Ações Afirmativas do IFRS**. Porto Alegre: Companhia Rio-grandense de Artes Gráficas (CORAG), 2015.

### **Financiamento**

Este Mestrado em Educação recebeu apoio do Instituto Federal de Brasília.

# eixo:

A Educação Profissional e a  
Questão de Gênero



# 11

## Adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa: estudo de caso realizado em uma unidade de semi-liberdade feminina

Alessandra do Carmo Fonseca  
Mestre em Educação Social e Intervenção Comunitária  
Instituto Federal de Brasília/IFB, Reitoria  
*e-mail:* [alessandra.fonseca@ifb.edu.br](mailto:alessandra.fonseca@ifb.edu.br)

Luísa Maria da Silva Delgado (Orientadora)  
Doutora em Sociologia pelo Instituto Universitário de Lisboa /Portugal  
Docente da Escola Superior de Educação/Instituto Politécnico de Santarém/Portugal  
*e-mail:* [luisa.delgado@ese.ipsantarem.pt](mailto:luisa.delgado@ese.ipsantarem.pt)

Maria Cristina Madeira da Silva (Co-orientadora)  
Doutora em Ciências Biológicas pela Universidade Federal da Paraíba/Brasil  
Docente do Instituto Federal de Brasília/IFB  
Campus Estrutural  
*e-mail:* [maria.madeira@ufb.edu.br](mailto:maria.madeira@ufb.edu.br)

## Resumo

Esta pesquisa investigou a relação que as adolescentes em conflito com a lei estabeleceram com a unidade socioeducativa e como essa relação poderá contribuir para a reconstrução de suas vidas. A metodologia adotada foi a qualitativa, por meio da observação participante e de entrevistas semiestruturadas realizadas a partir dos princípios da História Oral Temática. A apreciação das entrevistas realizou-se a partir da utilização da Análise de Conteúdo Categorical. Identificou-se que o primordial para a efetividade da medida socioeducativa foi a relação estabelecida entre as adolescentes e a unidade socioeducativa; ou seja, esta relação contribuiu significativamente para a reconstrução das suas trajetórias de vida. Esta pesquisa apresenta uma discussão sobre a educação no sistema socioeducativo e seus desdobramentos, explicitando a complexidade desta temática, principalmente sobre as medidas privativas e restritivas de liberdade feminina. Esperamos contribuir para o desenvolvimento de políticas públicas que considerem mais adequadamente as especificidades do sistema socioeducativo e também as características peculiares das adolescentes.

**Palavras-chave:** adolescência; educação social; semiliberdade.

## Introdução

Nas discussões relacionadas ao sistema socioeducativo, fica evidenciado pelos jornais e pela TV apenas o aumento dos delitos e da violência praticada por adolescentes em conflito com a lei. Estes jovens frequentemente são considerados pela sociedade de forma pejorativa e perigosa, a partir de um julgamento sustentado pelo senso comum e embasado por notícias preconceituosas expressas nos meios de comunicação de massa (MINAYO; NJAINE, 2002). O julgamento ignora que crianças e adolescentes são a parte da população brasileira mais exposta à violação de direitos pela família, pelo Estado e pela sociedade (VOLPI, 2015).

Segundo o artigo 1º da Lei n. 12.594/2012, o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo/Sinase expressa “um conjunto ordenado de princípios e de regras, de caráter jurídico, político e pedagógico, financeiro e administrativo”, que envolve desde o processo de apuração do ato infracional até a execução da medida socioeducativa, com o objetivo de assegurar a dignidade humana de adolescentes que cumprem medida socioeducativa, assim como é exposto nos fundamentos da Constituição Federal Brasileira e no Estatuto da Criança e do Adolescente. No ECA, o trabalho com adolescentes em conflito com a lei está além da punição; o estatuto tem por

objetivo a reinserção social, o fortalecimento dos vínculos familiares, o acesso à escola e à profissionalização. Este documento apresenta um marco conceitual importantíssimo ao reclamar o princípio de Proteção Integral à Infância, ou seja, a garantia de direitos a todas as crianças e adolescentes independentemente da condição social em que se encontram.

Diante desse cenário, esta pesquisa se faz importante e baseia-se em dois pontos principais, a saber: o aumento no quantitativo de adolescentes em conflito com a lei, fato que configura a necessidade de mais pesquisas nessa área que contribuam para novas formas mais eficazes de atendimento a esta população; a constatação de que são poucas as pesquisas sobre as medidas socioeducativas para o gênero feminino, o que evidencia a necessidade de se desenvolver políticas públicas que considerem as especificidades de gênero no contexto socioeducativo.

O presente artigo, como objetivo geral, visa investigar a relação que as adolescentes em conflito com a lei estabeleceram com a Unidade de Atendimento de Semiliberdade Feminina do Guará/UASFG e como essa relação contribuiu ou poderá contribuir para a reconstrução de suas vidas. Os objetivos específicos são os de verificar: a dinâmica de atendimento na UASFG; a percepção sobre as atividades educativas (formais e não formais) na unidade e, por último, as perspectivas de reconstrução de trajetórias de vida das adolescentes atendidas na unidade.

## **Metodologia**

O modelo teórico-metodológico adotado nesta pesquisa foi de natureza qualitativa, por meio da observação participante e de entrevistas semiestruturadas realizadas a partir da metodologia de História Oral Temática (MEIHY, 2015). A análise das entrevistas foi realizada mediante a técnica de Análise de Conteúdo Categrorial (BARDIN, 1991; GUERRA, 2006).

## **Resultados e Discussão**

O objeto de estudo foi composto por um grupo de 11 pessoas do sexo feminino: oito adolescentes que cumprem medida socioeducativa, duas adolescentes egressas e uma servidora pública da Unidade de Atendimento em Semiliberdade Feminina. A maioria das adolescentes são reincidentes no sistema socioeducativo, isto é, das dez adolescentes, somente uma está nessa condição pela primeira vez. Apurou-se que as nove reincidentes já cumpriram mais de um tipo de medida socioeducativa, com predomínio da internação provisória e da semiliberdade. Com relação

ao uso de drogas ilícitas, a proporção é a mesma. Nove adolescentes são ou foram usuárias de drogas e a adolescente, que não é reincidente, também informa não fazer uso dessas substâncias.

Sobre o percurso escolar, constatamos que a maioria das entrevistadas apresenta defasagem na idade/série escolar, com atraso de três anos para cada adolescente em média. Verifica-se que a baixa escolaridade das entrevistadas é decorrente da falta de oportunidades adequadas de escolarização, em decorrência da situação de vulnerabilidade social em que vivem, em sua maioria, desde a tenra infância.

Com relação às características de raça/etnia, verificou-se que nove das dez adolescentes são pardas ou negras, e uma é indígena. O Levantamento Anual do Sinase 2013/2015 aponta que os adolescentes que cumprem medidas socioeducativas são em sua maioria da raça/etnia “preta/parda”. Quanto aos dados socioeconômicos, constatou-se que a renda *per capita* dos familiares das entrevistadas é demasiadamente baixa e todas residem em regiões consideradas periféricas do Distrito Federal, como São Sebastião, Candangolândia, Sobradinho, Gama, Riacho Fundo, Samambaia, Estrutural, Ceilândia e Santa Maria.

Não podemos associar a condição social e econômica das adolescentes à criminalidade; o que fica explícita é a falta de eficiência nas políticas públicas, o mito da democracia racial, o não exercício da cidadania e as desigualdades de classe, nas quais a sociedade brasileira está estruturada. Viver em situação de pobreza significa estar mais propenso à privação de direitos, como a saúde, a educação, a moradia digna, e estar mais exposto à violência, ao preconceito e às drogas ilícitas. Em consequência, as pessoas mais pobres podem apresentar pouca escolaridade e baixa expectativa de terem melhores condições de vida, o que pode contribuir para a prática de atos infracionais. Estes, além de outros fatores, podem ocasionar uma trajetória de vida negativa ao expor essa parcela da população à situação de vulnerabilidade social.

Verificamos que as adolescentes, objeto deste estudo, somente ao estarem na condição de socioeducandas, tiveram acesso à educação, à saúde, à cultura e à profissionalização, além da ação socioeducativa realizada na UASFG. Estas ações de socioeducação contribuíram para elas repensarem suas trajetórias de vida, sabendo que podem fazer outras escolhas com perspectivas futuras. A experiência de ação socioeducativa realizada na UASFG apresentada neste trabalho de pesquisa demonstra que, quando a adolescente é inserida em uma instituição comprometida com o acesso à educação, à profissionalização e à saúde, as ações socioeducativas apresentam resultados positivos. Somado a estes fatores, temos o vínculo

afetivo construído na dinâmica das relações interpessoais vivenciadas na unidade entre as adolescentes e os servidores, o que possibilita uma reflexão para as adolescente sobre suas trajetórias de vida.

No decorrer da pesquisa, foi identificada como primordial a relação estabelecida entre as socioeducandas e a UASFG, que contribuiu para uma nova perspectiva de vida para elas, subsidiadas por vários aparatos: o acolhimento, o acesso à educação e ao estágio, o contato positivo entre a família e a unidade, as normas de convivência da unidade, o estímulo à autoavaliação e à profissionalização das adolescentes infratoras. Torna-se clara a importância de se estabelecer um vínculo entre a medida socioeducativa, as adolescentes e suas famílias, de forma que a proximidade nesses relacionamentos seja norteada pelo respeito aos direitos humanos, no fortalecimento aos vínculos familiares, além do acesso à educação propriamente dita.

No tocante ao trabalho realizado pela Unidade de Atendimento em Semiliberdade Feminina do Guará, percebemos que as adolescentes, em suas falas, expressaram sentimentos de busca e transformação, evidenciando que o período de privação parcial de liberdade passado na UASFG foi de reflexões e mudanças, que resultaram no começo de uma nova trajetória de vida instituída, doravante o tratamento mais humano que a aludida unidade realiza. Haja vista que a ação socioeducativa colabora para que as adolescentes tenham uma nova visão do ambiente escolar e do valor da educação em suas vidas, compreende-se que o trabalho realizado na unidade pode contribuir substancialmente para a redução da taxa de reincidência no sistema socioeducativo.

## **Referências**

BARDAN, L. **Análise de Conteúdo**. Edições 70, 1977.

FRASSETO, F. A. **Pela necessidade de uma doutrina do processo de execução de medidas socioeducativas**. Núcleo Esp. de Infância e Juventude da Defensoria Pública do Estado de São Paulo, 2008.

GUERRA, I. C. **Pesquisa Qualitativa e Análise de Conteúdo – Sentido e formas de uso**. Príncipia, 2006.

MEIHY, José Carlos Sebe B. **História oral: como fazer, como pensar**. São Paulo: Contexto, 2015.

MINAYO, M. C. S. e NJAINE, K. **Análise do discurso da imprensa sobre rebeliões de jovens infratores em regime de privação de liberdade**. Revista

Ciência e Saúde Coletiva, 7(2), pg. 285-297, 2002.

### **Financiamento**

Este Mestrado em Educação recebeu apoio do Instituto Federal de Brasília.

### **Outras informações**



Figura A – Grupo de Pesquisa Diversidade e Inclusão

# 12



## Escola de *App*: enfrentando a violência *on-line* contra meninas

Janara Sousa  
Universidade de Brasília  
*e-mail*: janara.sousa@gmail.com

Elen Geraldês  
Universidade de Brasília  
*e-mail*: eleger@ig.com.br

## Resumo

A proposta deste projeto é pesquisar a violência *on-line* de gênero, apontando suas características, sua recorrência, sua tipologia, bem como as consequências para as vítimas e sugerindo ações de solução para essa questão.

**Palavras-chave:** direito à comunicação; gênero; Internet.

## Introdução

Os dados relativos à violência contra as mulheres no Brasil têm cada vez mais demonstrado a necessidade de que ações e políticas públicas sejam desenvolvidas transversalmente, uma vez que a natureza desses crimes advém de contextos atrelados a uma naturalização das desigualdades de gênero, da objetificação do corpo feminino e das suas atribuições condicionadas a funções ligadas à esfera privada, que sujeita a mulher a um contexto em que a dominância masculina se constitui como definidora dos papéis e práticas sociais.

Embora a Lei Maria da Penha seja uma das normas mais avançadas do mundo no que se refere à tipificação das formas de violência contra a mulher (física, psicológica, moral, sexual e patrimonial), a sua implementação sofreu enormes entraves, exigindo que, anos depois, o Supremo Tribunal Federal/STF a declarasse como uma lei alinhada aos princípios constitucionais. Isso porque alguns operadores do direito não compreendiam a necessidade de uma legislação específica para combater a violência contra a mulher e, por isso, corriqueiramente a desconsideravam na qualificação de crimes cometidos por cônjuges e parceiros. Era uma demonstração clara da naturalização da violência de gênero na formação moral e cultural na sociedade brasileira.

Mesmo com a Lei, porém, dados do Mapa da Violência 2015 demonstram que, entre 2003 e 2013, 13 mulheres foram assassinadas por dia, o que representa um crescimento de 8,8% no período. Apenas no Distrito Federal, o crescimento de homicídios femininos foi de 59,2%. Além disso, recente pesquisa elaborada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, que entrevistou 2.073 pessoas (sendo 833 mulheres), demonstrou que 40% das mulheres entrevistadas sofreram algum tipo de assédio, com maior incidência entre jovens de 16 a 24 anos e entre mulheres negras. Quando observamos os dados a partir das interseccionalidades de raça e etnia, os quadros são mais agravantes.

Porém, para além dos tipos de violência tipificados pela Lei Maria da Penha, novas formas de violência têm sido identificadas em nações que

trilham os caminhos da inclusão digital. Na Câmara dos Deputados, em 2013, foi apresentado um projeto de lei que tipifica o crime de “violação da intimidade da mulher na internet”, incluindo-a no rol de violências constantes da Lei Maria da Penha. O projeto foi aprovado em 2017 e aguarda apreciação no Senado Federal. Trata-se de um crime que deriva das relações *on-line*, embora ainda atreladas às relações domésticas e familiares. Porém, o movimento do legislativo mostra, mais uma vez, uma atenção especial às influências sociais a partir do uso da *Internet*.

O reconhecimento de uma forma de violência contra a mulher que ocorre a partir das relações *on-line* já tem sido discutido há alguns anos, mas ainda é lenta a atuação dos países em termos de políticas públicas, especialmente pela pouca compreensão dos seus efeitos e seus impactos na vida das mulheres. Termos como *revenge porn* (pornô de vingança) e *cyberbullying* são exemplos de tentativas de nomear novos fenômenos que têm derivado das práticas digitais e que atingem especialmente crianças e adolescentes, pois são estes que detêm maior acesso à *Internet* no Brasil e no mundo.

Casos como o de uma adolescente de 16 anos que foi encontrada morta dentro de casa em Veranópolis, no Rio Grande do Sul, demonstram o tamanho do problema. Para se ter uma ideia desse cenário no Brasil, segundo dados do Helpline, da ONG SaferNet Brasil (2017), só em 2016, houve mais de 300 denúncias de *sexting* (pornografia de vingança), e a maioria das vítimas era mulher; com relação ao *cyberbullying*, também foram mais de 300 denúncias, sendo também mais mulheres como vítimas. Segundo o relatório “Violência, suicídio e crimes contra a honra de mulheres na Internet”, da Secretaria da Mulher da Câmara dos Deputados, que analisou publicações noticiosas de diversos veículos jornalísticos do país, entre janeiro de 2015 a maio de 2017, a maioria das vítimas dos crimes contra honra no mundo digital foram mulheres e meninas. No período observado, encontrou-se quase 500 casos de pornografia de vingança, mais de 900 casos de crimes contra honra e quase 130 ocorrências de suicídios motivados por exposição na Internet. É importante destacar que, em todos os tipos de casos que acabamos de citar, o Distrito Federal destaca-se por estar entre as cinco unidades federativas onde eles mais acontecem.

Considerando esse cenário, propomos investigar quais as características, a recorrência, a tipologia, bem como as consequências para as vítimas deste tipo de violência que chamamos *violência online de gênero*. Assim, levantamos como hipótese de trabalho que a violência de gênero ocorrida no ambiente *on-line* recupera a relação de dominação que deriva do contexto patriarcal constitutivo da família nuclear burguesa, que condiciona, mais uma vez, a mulher a um papel

moral e social ligado à esfera doméstica, em uma condição de objetificação. Dessa forma, “ações desviantes” do papel moral de “boa moça” tendem a causar danos sociais e psicológicos não apenas na esfera familiar, mas na escola e nas redes de amigos, uma vez que a visibilidade da internet ultrapassa os limites da esfera privada. Assim, a menina é violentada por meio do escárnio público e humilhação, o que pode causar depressão e morte. Nosso foco de pesquisa não objetiva entrar no debate sobre o cerceamento de conteúdos nessas ferramentas, mas sim afirmar que essas práticas se caracterizam como crime contra meninas e mulheres, com várias consequências para as vítimas.

Nossa hipótese traz consigo a premissa de que o uso indevido de imagens ou conversas de meninas, mesmo que tenham sido enviadas privativamente a uma ou mais pessoas, constitui uma nova forma de violência que impacta mais as mulheres do que os homens, justamente pelas diferenças de performances e papéis sociais esperadas de um e de outro. Além disso, infere-se que essas meninas não compreendam de forma clara a natureza e os efeitos desse tipo de violência, tampouco conheçam seus direitos e mecanismos para combatê-la.

Por isso, além da compreensão da forma como essa violência opera no âmbito das relações sociais, este projeto também busca mapear os casos de violência *on-line* de gênero por meio da observação de notícias “de casos relacionados, além de observar a constituição das políticas públicas de enfrentamento, em outros países.

Por fim, propomos ações que levem as adolescentes de cinco escolas públicas do Distrito Federal, selecionadas a partir de dados de mapeamento referentes à violência e às situações de risco, a discutirem os efeitos da violência *on-line* de gênero, sensibilizando-as e estimulando nelas as habilidades para a criação de soluções digitais para o enfrentamento a esse tipo de violência. Por meio da Escola de *App*, proporcionaremos o acesso dessas meninas à linguagem técnica da programação de aplicativos para internet, dando-lhes a oportunidade de, ao final do projeto, seguirem uma trajetória profissional dentro de uma das áreas com maior potencial de crescimento no mundo do trabalho, em que ainda há enorme carência de profissionais mulheres e de estas terem a oportunidade de construir suas próprias ferramentas de defesa. Assim, a internet passaria a ser vista como um espaço de empoderamento, e não um espaço constituinte de novas formas de violência.

## Metodologia

O trabalho se insere na proposta da pesquisa-ação (TANAJURA; BEZERRA, 2015). De acordo com Tanajura e Bezerra (2015), a pesquisa-ação constitui um conjunto de procedimentos metodológicos que propõem ações planejadas para a transformação de realidades. Assim, a pesquisa-ação apresenta dois objetivos: mudança na realidade investigada e produção científica de conhecimento (TANAJURA; BEZERRA, 2015). Para alcançar essa intervenção desejada, trabalhamos com diversos instrumentos metodológicos, tais como: revisão bibliográfica, análise documental, realização de observatórios e *workshops* sobre gênero e direitos digitais nas escolas públicas de ensino médio.

## Resultados e Discussão

A pesquisa está em andamento, portanto, apontamos como resultado inicial do trabalho a sensibilização tanto da equipe, quanto das jovens das escolas públicas que participaram dos *workshops* para o tema do gênero e dos direitos digitais. No mais, esperamos poder influenciar o debate legislativo-normativo sobre a proteção das mulheres nos ambientes *on-line*.

## Referências

INTERNETLAB. **O Corpo é o Código**. São Paulo: InternetLab, 2016.

PELÚCIO, Larissa; PAIT, Heloísa; SABATINE, Thiago. **No Emaranhado da Rede: gênero, sexualidade e mídia: desafios teóricos e metodológicos do presente**. São Paulo: Annablume, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. Cadernos Pagu, [S.l.], n. 16, p. 115-136, 200./abr. 2017. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cpa/n16/n16a07.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2017.

TANAJURA, Laudelino Luiz; BEZERRA, Alda Augusta Celestino. Pesquisa-ação sob a ótica de René Barbier e Michel Thiollent: aproximações e especificidades metodológicas. **Rev. Eletrônica Pesquiseduca**, Santos, v. 7, n. 13, p. 10-23, jan./jun. 2015.

## Financiamento

Fundação de Apoio à Pesquisa do Distrito Federal (FAPDF).



# eixo:

A Educação Profissional  
e a Diversidade



# 13

## Origami como ferramenta para contação de histórias e inclusão no mercado de trabalho

Magali Melo dos Santos  
Arteterapeuta  
Colaboradora  
*e-mail:* magalimelo.s@gmail.com

Débora Augusta da Silva  
Bolsista de extensão e aluna do curso Licenciatura em Dança  
Instituto Federal de Brasília - *Campus* Brasília  
*e-mail:* deborabatharely@gmail.com

Keli dos Santos Vila Nova Santiago  
Bolsista de Extensão  
Instituto Federal de Brasília - *Campus* Gama  
*e-mail:* kelivilanova.kvs@gmail.com

Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos (Orientadora)  
Mestre  
Instituto Federal de Brasília - *Campus* Gama  
*e-mail:* sylvana.santos@ifb.edu.br

## Resumo

O Origami é considerado um divertimento construtivo e um passatempo inteligente (ZANELLI, 1992). Com movimentos lógicos, sequenciais e necessidade de concentração, esta arte tradicional auxilia no desenvolvimento intelectual e favorece o senso de organização e memorização, bem como melhora a coordenação motora fina e habilidade manual. Assim, este trabalho relata a experiência do Projeto de Extensão “Histórias e Origami”, cujo objetivo foi de promover qualificação profissional nas áreas de recreação de festa infantil, cuidador de crianças e idosos, auxiliar em creches e escolas de educação infantil para a inserção (ou reinserção) do profissional no mercado de trabalho a partir da oferta de um serviço que agrega o lúdico e o pedagógico. A execução do projeto foi garantida pelo aceite nos Editais IFB n. 17 e n. 48/2016 da Pró-reitoria de Extensão e Cultura PREX/IFB.

**Palavras-chave:** histórias, origami, mercado de trabalho.

## Introdução

A oficina Histórias e Origami, realizada pelo Instituto Federal Brasília (IFB), teve como objetivo sensibilizar os participantes quanto à importância das histórias para crianças, oferecendo recursos técnicos no intuito de tornar a leitura um momento de recreação e aprendizado. Além disso, com base em referências pesquisadas, incluindo livros, a proposta teve as seguintes finalidades: desenvolver a linguagem oral e o gosto pela leitura; envolver a criança num mundo de fantasias e imaginação; despertar o conhecimento de outras culturas, aprimorar a coordenação motora fina e a capacidade de concentração; estimular e desenvolver a criatividade com materiais diversos (lápis de cera, cola, canetas etc.); incentivar novas descobertas em relação às formas de viver, pensar e agir por meio de histórias contadas; garantir a presença da técnica do origami enquanto um recurso de amplas possibilidades.

No ano de 2016, o projeto foi realizado por meio do Edital Qualific Express durante o evento Conecta IF e, em 2017, por sua vez, as famílias de egressos do Sistema Prisional (DF) foram o público atendido em parceria com o Grupo Católico de Evangelização Penitenciária/GCEP (figura 1.a) e a comunidade do Núcleo Rural Alagado da Suzana (Gama/DF), em parceria com a Seara Espiritual a Caminho da Luz (figura 1.b). Cada oficina, dentre as três realizadas, teve carga horária de 3h e atendeu cerca de 60 pessoas (entre homens e mulheres), com idades variando entre 8 e 70 anos.



(a)



(b)

Figura 1: Realização da oficina: (a) Grupo Católico de Evangelização Penitenciária; (b) Núcleo Rural Alagado da Suzana.

## Metodologia

Inicialmente, a oficina foi planejada para promover a integração do grupo, composto por pessoas de diferentes áreas de atuação e idades, dentre eles estudantes e professores do IFB, bem como pessoas das comunidades. A proposta que enfatiza a sua aplicação na atualidade foi apresentada com uma abordagem da história da origem do origami, baseada no livro *Origami* (IMAMURA; KANEGAE, 1989). Também foi apresentada a linguagem simbólica universal utilizada na literatura para facilitar o aprendizado das dobraduras, a partir dos livros *Brincando com Dobradura 1* (ZANELLI, 1992) e *Brincando com Dobradura* (LOMBARDI, 1997), assim como sites e blogs de pesquisa mais conhecidos; para o aprendizado da linguagem dos símbolos, foram utilizados diagramas com passo a passo para as dobraduras. Algumas histórias foram sugeridas (figura 2) e outras inspiradas no livro *As Dobraduras de Papelino* (ASCHEBACK, 1993) para que fosse possível dar prosseguimento à parte prática da oficina com as dobras das peças. Ao seguirem a sequência da simbologia das dobraduras para fazerem as formas básicas, os participantes puderam construir as formas sugeridas durante a oficina e, por fim, aprenderam a contar histórias dobrando papel para construir personagens e outros elementos da história.



Figura 2 - Materiais utilizados na oficina “Histórias e origami”

## Resultados e Discussão

Os participantes tiveram a oportunidade de adquirir capacidades indispensáveis para exercitar as atividades praticadas durante a oficina. Como a equipe mediadora possui habilidades técnicas nas áreas da psicologia, dança, educação popular, arteterapia, artes visuais, além da vivência com o público infantil (como mãe, tia ou avó, por exemplo) acredita-se que houve a troca de saberes entre estudantes e servidoras. Dessa forma, a oficina atendeu ao propósito inicial de qualificar o público a atuar como trabalhador de forma autônoma e promover seu ingresso e/ou reingresso no mercado de trabalho.

## Referências

ASCHENBACH, M. H. C. V. **As Dobraduras de Papelino**. Dobras Brasil. São Paulo: Nobel, 1993.

EDI. **O que é meu, é nosso**. Disponível em: <<http://oqueemeuenosso.blogspot.com.br/2013/10/origami-album.html>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

IMAMURA, P.; KANEGAE, M. **Origami**. São Paulo: Aliança Cultural Brasil-Japão, 1989.

LOMBARDI, G. **Brincando com dobradura**. São Paulo: Paulus, 1997.

ORIGAMI CLUB. Disponível em: <<http://en.origami-club.com/>>. Acesso em: 09 jul. 2017.

ZANELLI, C. M. **Brincando com dobradura 1**. São Paulo: Paulinas, 1992.

### **Financiamento**

Pró-reitoria de Extensão e Cultura do IFB.

# 14

## Reuso de materiais como proposta de (re)inserção no mercado de trabalho

Rafaela Maria de Medeiros Fernandes Rocha  
Mestre  
Colaboradora  
*e-mail:* rafaela\_fernandes@hotmail.com

Karla Danielle Lima Pereira  
Bolsista de extensão e aluna do curso Tecnólogo em Logística  
Instituto Federal de Brasília - *Campus Gama*  
*e-mail:* danielleuece2010@gmail.com

Vanda Cristina de Souza Teles  
Bolsista de Extensão e aluna do curso Técnico  
em Administração - Proeja,  
Instituto Federal de Brasília - *Campus Gama*  
*e-mail:* souzatnunes@gmail.com

Sylvana Karla da Silva de Lemos Santos (Orientadora)  
Mestre  
Instituto Federal de Brasília - *Campus Gama*  
*e-mail:* sylvana.santos@ifb.edu.br

Êrika Barretto Fernandes Cruvinel  
Doutora  
Instituto Federal de Brasília - *Campus Gama*  
*e-mail:* erika.cruvinel@ifb.edu.br

## Resumo

O brincar e o jogar são momentos inesquecíveis na vida de qualquer indivíduo. É com a prática dos jogos e das brincadeiras que as crianças ampliam os conhecimentos sobre si, sobre os outros e sobre o mundo que está ao seu redor. Este trabalho descreve a experiência com a realização da oficina de extensão “É Brincando que se aprende”, concebida por um grupo de mulheres que promoveram a criação de brinquedos com fins pedagógicos e lúdicos. O objetivo da oficina é oferecer aos participantes recursos teóricos e práticos para a atuação junto a crianças de até 6 anos de idade. Dentre os materiais utilizados, o reuso de embalagens, como caixas de leite e garrafas PET. Cada brinquedo teve um propósito pedagógico, principalmente para estimulação sensorial de crianças. A oficina foi dividida em temas que abordou o desenvolvimento infantil, brinquedos e brincadeiras, e buscando a diversão. A teoria do desenvolvimento infantil foi abordada com base nos princípios da psicologia. Os participantes construíram brinquedos a partir de embalagens e outros materiais escolares, como papel, tesoura, lápis, cola. Por fim, foram fornecidas orientações para aplicação dos brinquedos de acordo com a faixa etária, além da elaboração de outros brinquedos com o auxílio de fontes indicadas na *Internet*.

**Palavras-chave:** Brinquedos. Materiais reutilizáveis. Aprendizagem lúdica.

## Introdução

Jogar e brincar promovem a interação e ampliam conhecimentos, além de desenvolver múltiplas linguagens, explorar e manipular objetos, organizar pensamentos, descobrir e agir de acordo com regras, assumir o papel de líderes e socializar-se com outras crianças, preparando o indivíduo para viver em um mundo socializado. O brinquedo e o ato de brincar completam o mundo mágico infantil, pois é uma das principais formas de autodescoberta e vivências da própria criança, partindo da percepção de seus limites e de suas possibilidades, explorando seu ambiente por meio de suas brincadeiras, de maneira saudável e produtiva, contribuindo, assim, para a integração de suas primeiras experiências culturais. A importância do brinquedo decorre de sua capacidade de instigar a imaginação infantil (SANTOS et. al, 2017).

Cardoso (2010, p. 36) afirma que “O jogo e a brincadeira são, por si só, uma situação de aprendizagem. As regras e imaginação favorecem à criança comportamento além dos habituais”.

A oficina “É Brincando que se aprende” foi pensada para promover a

criação de brinquedos com fins pedagógicos e lúdicos, a partir de materiais reutilizáveis, como embalagens de alimentos. O objetivo da oficina é oferecer aos seus participantes recursos teóricos e práticos para a atuação junto a crianças de 6 meses a 6 anos de idade. A proposta da oficina foi submetida para ser ofertada em dois momentos, sendo o primeiro durante o Conecta IF, em outubro de 2016, e o segundo para atender duas comunidades do Distrito Federal. Os recursos financeiros para a realização da oficina foram utilizados na compra dos materiais complementares para a confecção dos brinquedos, como papel, tesoura, lápis, cola, barbante, entre outros.

A programação da oficina teve o enfoque nos temas: desenvolvimento infantil; brinquedos e brincadeiras; e buscando a diversão. As etapas de planejamento e realização contaram com a participação de servidoras e alunas do IFB, além da parceria com o grupo Ishtar Brasília e da psicóloga e educadora perinatal Rafaela Rocha. Dessa forma, a oficina buscou a integração entre estudantes e servidores com a comunidade. Com a inclusão de estudantes para mediação do conhecimento, buscou-se contribuir para a formação cidadã e crítica destes, ao lidarem com o público interessado. Este público teve oportunidade de adquirir capacidades indispensáveis para exercitar as atividades praticadas durante a oficina para atuar junto às crianças na faixa etária recomendada. Dessa forma, a oficina teve o papel de qualificar os participantes para atuar como autônomos na produção de brinquedos e promover seu ingresso e/ou reingresso no mundo do trabalho, seja em eventos infantis, junto a familiares ou ainda em ambiente escolar.

## **Metodologia**

Todos os brinquedos escolhidos, e popularmente conhecidos, foram planejados com um propósito pedagógico, principalmente para a estimulação sensorial de crianças. Durante a realização da oficina, foi abordada, inicialmente, a teoria do desenvolvimento infantil com base nos princípios da Psicologia. Na sequência, foi proposta a construção de brinquedos e brincadeiras, fazendo uso de materiais escolares, como papel, tesoura, lápis, cola. Além de contar com materiais reutilizáveis e outros de baixo custo, a oficina promoveu a construção coletiva dos brinquedos, com a participação da criança, na medida do possível. Foi elaborado um material de consulta, gravado em DVD e entregue aos participantes, com a descrição das propostas de brinquedos, orientações em formato escrito e por meio de vídeos coletados no YouTube, para que pudessem confeccionar e consultar em um momento posterior.

Cada brinquedo proposto durante a oficina foi previamente construído de

modo que pudesse ser exibido e experimentado pelos participantes, à medida que compreendiam a aplicação do brinquedo de acordo com faixa etária e conhecimentos a serem abordados. A dinâmica da oficina proporcionou a cada participante a escolha de um brinquedo para sua confecção com a ajuda da equipe executora.

Durante a oficina, foram propostos 18 brinquedos, em sua maioria com o objetivo de estimular a coordenação motora. Como exemplos, temos o Jogo da Velha (figura 1a) que foi construído a partir de papelão e tampas plásticas, tendo como objetivo estimular o raciocínio lógico e fornecer noções sobre diferença e semelhança. O Fantoche (figura 1b), construído com caixa de sapato, pretende estimular a imaginação, a comunicação e ainda o conhecimento de personagens de histórias infantis. A partir de garrafa PET, é possível construir o Bilboquê (figura 1c), que também contém barbante e tampa de garrafa, direcionado para trabalhar com a coordenação motora para que o pêndulo seja colocado na concha, além de estimular a noção de lateralidade e espaço. Estes são alguns dos brinquedos resgatados com a oferta da oficina e apresentados aos participantes.

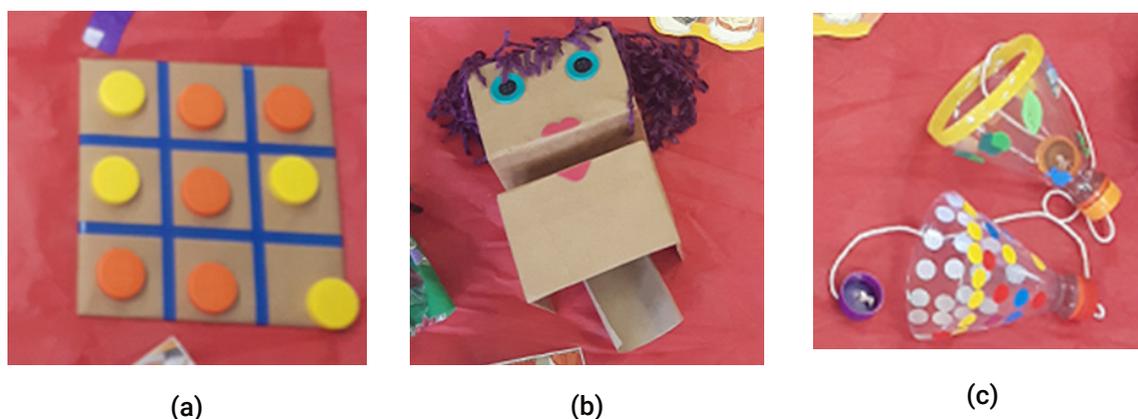


Figura 1 - Brinquedos construídos durante a oficina:  
(a) Jogo da Velha; (b) Fantoche; (c) Bilboquê.

## Resultados e Discussão

A quantidade e a qualidade da participação nas três ofertas da oficina foram consideradas positivas, dado o interesse e a atuação dos presentes, que totalizaram, em média, 50. Ressalta-se a contribuição que foi dada e a percepção de cada um ao aplicar os conhecimentos prévios adquiridos e compartilhados durante a oficina. A variedade do público, com a presença de estudantes de licenciatura e a participação de crianças, pais e adolescentes, observou-se a diversidade de situações nas quais os brinquedos foram aplicados e a contribuição de cada um, tanto para o uso

pessoal quanto para a utilização como ferramentas auxiliares no processo de ensino-aprendizagem de forma lúdica em sala de aula.

## Referências

ARTESANATO.COM. Artesanato com Caixas de Leite – Guia Completo Para Você Fazer [online]. Disponível em: <http://www.artesanato.com/blog/artesanato-com-caixas-de-leite-aprenda-a-fazer-passo-a-passo/> Acesso em: 26 set. 2016.

CARDOSO, Eliete Lemos. **A importância do Brincar e do Jogo para o desenvolvimento da criança**. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre, 2010.

SANTOS, S. K. S. L.; CRUVINEL, E. B. F.; ROCHA, R. M. M. F.; SOUSA, T. F.; SILVA, D. A.; PEREIRA, K. D. L. É Brincando que se aprende: Relato de Experiência com a Confecção de Brinquedos. In: **Anais do II Encontro de Aprendizagem Lúdica** [recurso eletrônico], Org. SÁ, A. V. M., NOGUEIRA, C. A., JESUS, B. G. Brasília: Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2017.

## Financiamento

Pró-reitoria de Extensão e Cultura do IFB.

Ficha catalográfica elaborada pelo Bibliotecário  
**Rafael Costa Guimarães CRB 1/2822**

F745a Fórum de Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva (6. : 2017 :  
Brasília).

Anais do VI Fórum de Educação Profissional e Tecnológica Inclusiva :  
Fórum EPTI / Alessandra do Carmo Fonseca (org.). -- Brasília: Editora IFB,  
2018.

82 p. : il.

Inclui referências.

ISBN: 978-85-64124-51-6

1. Educação inclusiva. 2. Ensino profissional. 3. Fórum (Debates). I.  
Título. II. Fonseca, Alessandra do Carmo (org.).

CDU: 376:377



Agência Brasileira do ISBN  
ISBN 978-85-64124-51-6



MINISTÉRIO DA  
EDUCAÇÃO

